



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROCESSOS JULGADOS PELA CVM: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS  
INFRAÇÕES COMETIDAS POR AUDITORES INDEPENDENTES**

Patricia Kortz

Lajeado, novembro de 2020

Patricia Kortz

## **PROCESSOS JULGADOS PELA CVM: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS INFRAÇÕES COMETIDAS POR AUDITORES INDEPENDENTES**

Monografia apresentada na disciplina de Estágio Supervisionado em Contabilidade II, na linha de formação específica em Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para obtenção do título de Bacharela em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Adriano José Azeredo

Lajeado, novembro de 2020

## RESUMO

Este estudo analisa as principais infrações cometidas por auditores independentes na esfera da Comissão de Valores Mobiliários. Mediante a emissão do relatório de auditoria, o auditor independente deve atestar a credibilidade das demonstrações financeiras elaboradas pela entidade auditada. Entretanto, nas últimas décadas, foram inúmeros os casos de fraudes e erros contábeis envolvendo auditores independentes que resultam em processos devido à sua conivência ou simplesmente ineficiência. O estudo utiliza-se de uma pesquisa aplicada, documental, bibliográfica e descritiva. Para seu desenvolvimento foram coletadas informações de 86 processos administrativos sancionadores julgados pela CVM, no período de 2010 a 2019, através do site da entidade, utilizando o filtro “SNC”, dentre os quais 66 se aplicam à pesquisa. Por meio da análise quali-quantitativa foram evidenciadas 74 infrações, sendo as mais recorrentes: d) “Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente” e b) “Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade”, que representam 39,19% e 35,14% da amostra analisada, respectivamente. Também se buscou outras características dos processos, como: o perfil dos acusados e as penalidades aplicadas, com a intenção de identificar se há alguma relação direta dessas variáveis com as infrações cometidas. Na análise de correlação, identificou-se que a ocorrência da infração “b” está vinculada com os acusados “reincidentes” e com a penalidade “suspensão temporária”. Além disso, evidenciou-se que o aumento de acusados “reincidentes” está ligado principalmente ao aumento de acusados classificados como “não *Big Four*”.

**Palavras-chave:** Auditor independente. Comissão de Valores Mobiliários. Demonstrações financeiras. Infrações. Processos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Processos abertos e julgados (2010 - 2019) .....	39
Gráfico 2 – Durabilidade dos processos .....	40
Gráfico 3 – Desfecho dos processos.....	41
Gráfico 4 – Principais infrações cometidas por auditores independentes .....	42
Gráfico 5 – Perfil dos acusados: “Reincidente” ou “Não reincidente” .....	50
Gráfico 6 – Perfil dos acusados: “ <i>Big Four</i> ” ou “ <i>Não Big Four</i> ” .....	51
Gráfico 7 – Penalidades aplicadas .....	52
Gráfico 8 – Penalidades aplicadas versus infrações cometidas .....	53
Gráfico 9 – Nível da multa aplicada versus infração cometida .....	55
Gráfico 10 – Penalidades aplicadas versus infrações cometidas por acusados reincidentes...	56

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de relatórios do auditor independente .....	17
Quadro 2 – Principais órgãos nacionais e internacionais relacionados à profissão de auditoria independente .....	19
Quadro 3 – Fatores agravantes e atenuantes na dosimetria das penalidades .....	24
Quadro 4 – Checklist de pesquisa.....	35
Quadro 5 – Classificação das infrações identificadas nos Processos Administrativos Sancionadores julgados pela CVM.....	36
Quadro 6 – Interpretação dos resultados obtidos na análise de correlação .....	37
Quadro 7 – Infração cometida versus normatização da CVM infringida.....	43
Quadro 8 – Comparativo de resultados obtidos em estudos relacionados .....	59

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNAI	Cadastro Nacional de Auditores Independentes
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRCs	Conselhos Regionais de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFP	Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas
FASB	Financial Standards Board
IASB	International Accounting Standards Board
IAASB	International Auditing and Assurance Standards Board
IFAC	International Federation of Accountants
IFRS	International Financial Reporting Standards
ISAs	International Standards on Auditing
ITR	Formulário de Informações Trimestrais
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC PA	Normas Brasileiras de Contabilidade - Profissionais de Auditoria
NBC PG	Normas Brasileiras de Contabilidade - Profissionais Gerais
NBC TA	Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas de Auditoria
NIAs	Normas Internacionais de Auditoria
PAS	Processo Administrativo Sancionador
SBR	Supervisão Baseada em Risco
SNC	Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
1.1 Tema .....	9
1.1.1 Delimitação do tema.....	9
1.2 Problema .....	9
1.3 Objetivos.....	9
1.3.1 Objetivo geral .....	9
1.3.2 Objetivos específicos .....	10
1.4 Justificativa .....	10
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>11</b>
2.1 Auditoria independente.....	11
2.2 Deveres e competências do auditor independente .....	13
2.3 Relatório do auditor independente .....	16
2.4 Órgãos e normas relacionados com a profissão de auditoria independente .....	18
2.5 Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	21
2.6 Responsabilização por erros e fraudes .....	26
2.7 Pesquisas anteriores .....	29
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>31</b>
3.1 Tipo de pesquisa .....	31
3.1.1 Quanto à abordagem do problema.....	32
3.1.2 Quanto aos procedimentos .....	32
3.1.3 Quanto aos objetivos .....	33
3.2 População e a amostra da pesquisa.....	33
3.3 Coleta de dados .....	34

<b>3.4 Tratamento e análise dos dados .....</b>	<b>35</b>
<b>3.5 Limitações do método.....</b>	<b>37</b>
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>38</b>
<b>4.1 Análise dos processos .....</b>	<b>38</b>
<b>4.2 Análise das infrações .....</b>	<b>41</b>
<b>4.3 Análise dos acusados .....</b>	<b>49</b>
<b>4.4 Análise das penalidades .....</b>	<b>51</b>
<b>4.5 Análise de correlação entre as principais variáveis.....</b>	<b>57</b>
<b>4.6 Análise de comparação com estudos realizados anteriormente .....</b>	<b>59</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE A – Processos analisados .....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE B – Análise de correlação .....</b>	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A evolução do sistema capitalista ocasionou o crescimento do mercado e estimulou a concorrência. As organizações, para acompanhar essas mudanças, tiveram que obter recursos de terceiros, principalmente através de empréstimos bancários e de captação de novos acionistas. Entretanto, os credores e investidores necessitavam ter conhecimento da situação patrimonial e financeira da organização por meio das demonstrações contábeis, como também estarem seguros que essas informações eram precisas e fidedignas. Para tal, passou-se a exigir que as demonstrações contábeis fossem avaliadas por um profissional de contabilidade com capacidade técnica independente da empresa, ou seja, um auditor independente (CREPALDI; CREPALDI, 2016).

A auditoria das demonstrações contábeis consiste no processo de coleta e análise de evidências sobre afirmações em face de critérios objetivos e, sucessivamente, a comunicação de sua conclusão às partes interessadas mediante relatório de auditoria, que é um instrumento técnico que visa apresentar formalmente à entidade auditada e ao público interessado o resultado dos trabalhos realizados, como também seus comentários, conclusões, recomendações e as providências necessárias que devem ser tomadas pela administração (PEREIRA, 2018).

Os serviços de auditoria externa realizam amplo e importante papel na administração de empresas e na economia de um país, pois proporcionam diversos benefícios, dentre os quais melhor controle sobre o risco empresarial, melhor gestão e eficiência das atividades empresariais, maior segurança aos usuários da informação contábil e desestímulo a fraudes. O maior benefício da atividade de auditoria, segundo Pereira (2018), está no suprimento de uma



deficiência de mercado: a carência de informações dos agentes econômicos. De acordo com o autor, a ausência da auditoria externa no atual mercado financeiro seria extremamente prejudicial, em termos de aumento de custos de transação e de inviabilização da concretização de negócios. Nessa situação, é intuitivo que os investidores seriam mais resistentes ao aportar seus recursos, gerando duas alternativas: na primeira, seriam exigidas garantias e retornos muito maiores; na segunda, as transações não aconteceriam por receio dos investidores.

Para Stuart (2014), a auditoria independente é um serviço fundamental sem o qual credores, investidores e demais interessados teriam que confiar apenas nas informações financeiras divulgadas pela própria administração das empresas, que tende a ser mais otimista quanto à sua situação do que uma opinião externa. Assim, poderia acabar alterando a situação financeira e patrimonial da empresa e, conseqüentemente, enganando os usuários da informação, mesmo sem propósito.

No entanto, os serviços de auditoria externa, também conhecidos por auditoria independente, têm passado por uma crise de valores junto à sociedade nas últimas décadas, devido às inúmeras hipóteses de casos em que fraudes foram cometidas por administradores com a coparticipação ou a ineficiência de auditores. As irregularidades contábeis envolveram uma proporção muito grande de auditores e empresas renomadas, sendo consideradas escândalos contábeis. Podemos citar a falência da sociedade de auditoria Arthur Andersen, em razão dos serviços prestados nas companhias Enron Corporation e WorldCom, as quais foram julgadas por inflar lucros artificialmente (PEREIRA, 2018). Em 2020, ocorreu o desfecho do processo envolvendo a KPMG por deficiências na auditoria prestada às empresas Mondial SA e Hercules SA, mediante termo de compromisso (CVM, 2020a). Tendo em vista que a auditoria vive da credibilidade depositada por seus destinatários, o resultado não poderia ser diferente.

Devido aos casos de fraudes contábeis, as normas de contabilidade e auditoria foram reformuladas e aprimoradas, visando garantir a qualidade dos serviços prestados. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) acompanhou a regulamentação internacional e editou várias normas, exigindo critérios de rotatividade, qualificação técnica e responsabilização por distorções relevantes aos auditores, além de proibir a prestação de alguns serviços contábeis por empresas de auditoria. Em 2010, as Normas Brasileiras de Contabilidade também passaram a adotar o padrão internacional (PEREIRA, 2018). Embora haja normatizações para

o exercício da profissão e órgãos designados à sua fiscalização, a abertura de processos envolvendo auditores independentes ainda é frequente.

## **1.1 Tema**

O tema do presente trabalho são as infrações cometidas pelos auditores independentes.

### **1.1.1 Delimitação do tema**

O presente estudo delimita-se à análise das principais infrações cometidas por auditores independentes que geraram processos administrativos sancionadores julgados na CVM, no período de 2010 a 2019.

## **1.2 Problema**

Considerando que os serviços de auditoria têm como principal finalidade atestar a credibilidade referente à informação contábil prestada pela entidade auditada aos seus clientes e ao público investidor, através da emissão de um parecer, e, ao mesmo tempo, há diversas irregularidades contábeis que geram processos colocando a reputação de auditores independentes em dúvida, surge o seguinte problema de pesquisa: **Quais as principais infrações cometidas pelos auditores independentes constantes nos processos julgados pela CVM?**

## **1.3 Objetivos**

O presente trabalho está dividido em objetivo geral e objetivos específicos, os quais são apresentados na sequência.

### **1.3.1 Objetivo geral**

Este estudo tem como objetivo geral analisar os processos julgados pela CVM envolvendo auditores independentes a fim de identificar as principais infrações cometidas.

### 1.3.2 Objetivos específicos

- a) Analisar os processos administrativos sancionadores julgados pela CVM no período 2010-2019;
- b) Classificar as infrações cometidas pelos auditores independentes;
- c) Comparar as infrações realizadas com as normatizações contábeis;
- d) Verificar o perfil dos acusados;
- e) Verificar o desfecho dos processos e as penalidades aplicadas.

### 1.4 Justificativa

A evolução dos mercados e dos instrumentos de negociação fortaleceu a atuação do auditor independente, tornando-o figura indispensável para transmitir credibilidade às demonstrações contábeis. Hoje, todas as empresas com ações de capital aberto e as empresas de capital fechado consideradas de grande porte são obrigadas a apresentar o relatório do auditor independente referente às demonstrações financeiras, terminologia adotada como sinônimo de demonstrações contábeis, de acordo com a Lei 6.404/76 e a Lei 11.638/07, respectivamente. Por outro lado, essa evolução colocou a imagem de vários auditores em situação pejorativa por causa de acusações por conivência com erros e fraudes contábeis.

Portanto, o tema aqui proposto é fundamental para esclarecer aos usuários das demonstrações auditadas e demais interessados a motivação da abertura de processos junto à CVM, qual a participação dos auditores independentes e a quem cabe a responsabilização dos atos. Além disso, é importante para evidenciar o tratamento dado pelos órgãos regulamentadores e fiscalizadores ao não cumprimento das normas estabelecidas a fim de que as infrações não se repitam.

Aos próprios auditores independentes este trabalho é colaborativo, pois apresenta a importância do cumprimento das normas e as penalidades aplicadas em caso contrário, podendo os resultados servirem de base para melhorar os procedimentos e estabelecer áreas que exigem mais atenção, evitando que os erros e infrações identificadas venham a ocorrer novamente. Para o meio acadêmico, o presente trabalho pode contribuir como referência para futuros estudos e extensão do conhecimento sobre o assunto, tendo em vista que é um tema constantemente em repercussão.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção destina-se à apresentação de conceitos teóricos referentes à auditoria independente, deveres e competências da profissão, relatório do auditor independente, órgãos e normas relacionados com a profissão e a responsabilização do auditor por fraudes e erros contábeis, dando ênfase a auditores, normatizações e processos vinculados à CVM. Tais conceitos são considerados importantes para a realização da pesquisa, como também para atingir os objetivos propostos no presente trabalho.

### **2.1 Auditoria independente**

O crescimento do mercado transformou empresas de pequeno porte em grandes grupos empresariais, ocasionou a separação entre o dono da empresa e o papel de administrador e possibilitou a participação de qualquer indivíduo em ações de sociedades de capital aberto. Surgiu, assim, a necessidade, por parte dos proprietários e investidores, de contar com a opinião de um auditor independente, ou seja, um auditor externo, a fim de garantir que as informações constantes nas demonstrações contábeis, também conhecidas por demonstrações financeiras, espelham em todos aspectos relevantes a situação econômico-financeira da empresa. Conforme Attie (2018, p. 4), “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

A auditoria externa, de acordo com Coelho e Ribeiro (2013) e Pereira (2018), pode ser definida como o processo realizado por um auditor independente que visa assegurar a fidedignidade e a credibilidade das informações contábeis transmitidas pelos gestores

empresariais nas demonstrações financeiras através do relatório de auditoria, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e as demais legislações aplicáveis. A NBC TA 200 (R1) dispõe sobre os objetivos gerais da auditoria independente.

O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável (CFC, 2016).

São diversos os motivos que levam as empresas a contratar um auditor externo, podendo ser por obrigação legal; para cumprir as obrigações do próprio estatuto ou contrato social; como ação de controle interno definida por acionistas ou proprietários da empresa; por imposição de um banco ou fornecedor; para fins de venda, incorporação, fusão ou cisão da empresa (ALMEIDA, 2019). As quatro maiores sociedades especializadas em auditoria e consultoria do mundo são conhecidas por *Big Four* e constituem grandes redes com empresas independentes presentes em quase todos os países. São elas: Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, KPMG e PricewaterhouseCoopers (COELHO; RIBEIRO, 2013).

A auditoria independente das demonstrações contábeis é obrigatória às sociedades anônimas de capital aberto, independentemente do porte econômico, situação patrimonial ou lucratividade, conforme disposto na Lei 6.404/76; às sociedades de capital fechado de grande porte, independentemente do tipo societário, de acordo com a Lei 11.638/07; às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, conforme Resolução n. 3.198/04 do Banco Central; às sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, conforme Resolução n. 312/14 do Conselho Nacional de Seguros Privados; aos fundos de investimentos, conforme Instrução n. 409/04 da CVM e às entidades filantrópicas com faturamento superior a R\$ 4,8 milhões, conforme Lei n. 12.101/09. São consideradas como grande porte sociedades que possuírem ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (PEREIRA, 2018).

As demonstrações financeiras compreendem balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa, seguidas das notas explicativas pertinentes para seu total entendimento. No caso de companhias abertas, faz-se ainda necessária a demonstração dos valores adicionados (LONGO, 2015).

O desenvolvimento da auditoria independente é dividido em três etapas: planejamento, execução e relatório. Na primeira etapa é definida a estratégia global a ser utilizada no trabalho e elaborado o plano de auditoria. A execução refere-se ao desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, sendo nesta etapa examinados os documentos que deram suporte às informações contidas nas demonstrações financeiras, visando à obtenção e análise das evidências, conforme o planejamento. Já o relatório é a etapa em que o auditor utiliza evidências coletadas na fase de execução para formular e emitir sua opinião através da emissão de um relatório, que é o resultado dos trabalhos de auditoria (COELHO; RIBEIRO, 2013).

A auditoria das demonstrações contábeis destina-se às informações compreendidas nessas afirmações, portanto, é certo que todos os itens, formas e métodos que nelas interferem também sejam examinados. O exame da auditoria inclui a verificação documental de registros e livros com características controladoras, a aquisição de evidências referente às informações do patrimônio, a precisão dos registros e as demonstrações deles resultantes, não se atendo apenas ao que está registrado nos livros oficiais, mas também ao que pode estar omitido. A extensão dos exames aplicados em uma auditoria é determinada pelo julgamento do auditor em relação à eficiência e à qualidade de procedimentos contábeis e controles internos (ATTIE, 2018).

## **2.2 Deveres e competências do auditor independente**

O auditor externo pode ser pessoa física ou jurídica, deve ter Bacharelado em Ciências Contábeis, estar inscrito no Conselho Regional do Estado de sua jurisdição, conforme Resolução n. 560 do CFC e estar registrado no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI). Ao atuar em alguma organização subordinada pelos órgãos Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep) ou Comissão de Valores Mobiliários (CVM) precisa ter o registro no respectivo órgão. Para obter registro nestes órgãos, o contador deve ter sido aprovado no exame de qualificação técnica (COELHO; RIBEIRO, 2013).

O exame de qualificação técnica é regulamentado pela NBC PA 13 (R2) com o objetivo de avaliar o conhecimento e a competência técnico-profissional necessários para o exercício da profissão. Este é proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em

conjunto com o Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon) e realizado pelo menos uma vez por ano, para habilitar o contador a atuar como auditor independente. Ao atuar em organizações subordinadas ao Bacen, à CVM e à Susep, o auditor deverá prestar também a prova de qualificação específica realizada pelo CFC de acordo com a área (LINS, 2017).

Além disso, a CVM através da Instrução n. 308/99 determina que o contador para exercer a profissão de auditor independente, deve ter atuado na atividade de auditoria de demonstrações contábeis, no território nacional, por pelo menos cinco anos, não necessariamente consecutivos, contados a partir da data do registro no Conselho Regional de Contabilidade. Se tratando de Auditor Independente – Pessoa Jurídica, todos seus sócios devem ser contadores e pelo menos a metade deve ser cadastrada como responsável técnico. O quadro permanente de pessoal técnico deve ser condizente ao número e porte dos clientes (ALMEIDA, 2019).

Antes de aceitar e realizar trabalhos na função de auditor independente, o contador deve ter competência profissional e conhecimento atualizado das NBC, das técnicas contábeis, principalmente no âmbito da auditoria, da legislação própria à profissão, dos conceitos e técnicas administrativas e da legislação cabível à entidade auditada. Quando reconhecer não estar devidamente capacitado para o desenvolvimento dos serviços, deve recusá-los (COELHO; RIBEIRO, 2013).

A atividade de auditoria requer que o profissional esteja inteirado com as normas e práticas cabíveis à profissão e às práticas contábeis utilizadas no Brasil. Em razão disso, os auditores devem receber treinamentos regulares (PEREZ JR., 2012). A NBC PG 12 (R3) (2017) regulamenta a Educação Profissional Continuada, indicando as atividades que os profissionais devem cumprir e as ações promovidas pelo CFC para facilitar, fiscalizar e controlar o seu cumprimento. O objetivo principal é atualizar e expandir os conhecimentos técnicos essenciais para a qualidade e o total atendimento das normas que guiam o exercício da atividade de auditoria das demonstrações contábeis, mediante atividade formal, programada e reconhecida pelo CFC.

A CVM, por meio da Instrução n. 591, também prevê que os auditores independentes pessoa física e todo quadro funcional e societário quando pessoa jurídica mantenham um sistema de educação continuada, conforme os critérios aprovados pelo CFC. Em caso de não

cumprimento em pelo menos dois dos últimos cinco anos, resultará na suspensão imediata do registro do auditor independente (CVM, 2017).

A atividade de auditoria, segundo Attie (2018), deve ser realizada de forma clara, transmitindo toda credibilidade possível, não sendo admissível haver qualquer dúvida em relação à honestidade e aos padrões morais do auditor. Este profissional deve ser alguém provido de equilíbrio e dignidade, em cumprimento aos princípios éticos profissionais que se apoiam fundamentalmente em: independência, integridade, eficiência e confidencialidade. Sua opinião irá influenciar outras pessoas que possuem interesses comerciais e financeiros, como proprietários, acionistas, fornecedores e clientes. O autor ainda cita que o auditor independente deve agir com integridade em todos os compromissos que envolvam a empresa auditada, o público em geral interessado em sua opinião e a classe que representa.

A NBC PA 290 (R2) trata da independência do auditor, definindo regras e conceitos com o fim de evitar acontecimentos que coloquem em dúvida ou risco essa independência. Este estado é essencial para que os interesses e as obrigações da entidade de auditoria não se confundam com os interesses da entidade auditada, garantindo que não há nenhuma vantagem que interfira na forma de realização do serviço e que tal serviço é realizado com objetividade e integridade (LONGO, 2015). Conforme Attie (2018, p. 14), “a independência necessita orientar o trabalho do auditor no sentido da verdade, evitando interesses, conflitos, vantagens, sendo factual em suas afirmações”.

O exercício da auditoria deve caracterizar-se por eficiência. Para tanto, deve ser determinado um alcance técnico adequado, estimando perspectivas quanto à sua concretização, extensão, prazos e momento de coleta de provas. O auditor só deve expressar sua opinião após a realização do exame e o levantamento de evidências que justifiquem sua conclusão, para assim redigir seu parecer de forma clara e objetiva. A responsabilidade técnica pelos serviços realizados é inteiramente do auditor, tendo em vista que ele age em seu nome pessoal e que o exercício da auditoria independente é individual e intransferível (ATTIE, 2018).

O trabalho de auditoria permite livre e irrestrito acesso ao auditor a informações importantes da empresa auditada, como características de produção, estratégias de operação, elementos patrimoniais, resultado e variações patrimoniais e financeiras futuras (ATTIE, 2018). Sendo assim, o princípio ético de confidencialidade mencionado na NBC PG 100 (R1)



estabelece a todos os profissionais de contabilidade a obrigação de manter sigilo das informações adquiridas durante sua atividade, proibindo a divulgação destas dentro e fora das instalações do cliente sem autorização (CFC, 2019). Da mesma forma, a CVM, mediante Instrução n. 308/99, impõe que o auditor tenha condições que garantam o sigilo, a segurança e a guarda das informações e documentos da empresa auditada. O ato de confidencialidade é tão relevante que deve permanecer mesmo após o término do contrato de auditoria (COELHO; RIBEIRO, 2013).

Crepaldi e Crepaldi (2016) complementam que o auditor no exercício de sua função deve usufruir do julgamento profissional, aplicando todo conhecimento, treinamento e experiências relevantes, dentro do contexto exposto pelas normas de auditoria, contábeis e éticas. O julgamento profissional deve estar presente tanto no planejamento como na execução da auditoria, sendo necessário especialmente nas decisões sobre: materialidade e risco de auditoria; definição da extensão, época e natureza dos procedimentos e coleta de evidências de auditoria; para avaliar se as evidências obtidas são apropriadas e suficientes; e na extração de conclusões sobre as evidências. Longo (2015) destaca que o julgamento profissional é praticado durante todo o trabalho e deve ser documentado, permitindo que outro profissional, mesmo sem participação ou responsabilidade direta, seja capaz de entender e avaliar os julgamentos efetuados.

### **2.3 Relatório do auditor independente**

Reconhecido anteriormente como parecer, o relatório do auditor independente apresenta seu produto final. As principais normas de auditoria que abordam esse assunto são a NBC TA 700, a NBC TA 701, a NBC TA 705 e a NBC TA 706 (ALMEIDA, 2019).

A partir de 2010, ocorreu a revisão das normas brasileiras de contabilidade para se adaptarem ao padrão das normas internacionais, denominadas International Financial Reporting Standards (IFRS). Sendo assim, as normas de auditoria também foram reformuladas, passando a seguir as International Standards on Auditing (ISA) ou Normas Internacionais de Auditoria (NIA), gerando algumas alterações no relatório dos auditores independentes. Em 2016 foram aprovadas, pelo CFC, novas regras de auditoria referentes ao relatório dos auditores independentes. A NBC TA 701 determinou a apresentação do

parágrafo de principais assuntos, o qual deve abordar os assuntos que requereram maior atenção no processo de auditoria, o motivo pelo qual este assunto foi julgado um dos mais importantes e como este foi abordado na realização da auditoria das demonstrações contábeis. Esta inclusão foi realizada com o intuito de melhorar o formato e o conteúdo dos relatórios, tornando-o mais compreensível e claro para os usuários (BOUVIÉ, 2019).

Conforme Attie (2018), a auditoria independente tem como principal objetivo expressar uma opinião sobre a constituição das demonstrações contábeis analisadas a partir do relatório de auditoria, que normalmente localiza-se no fim das demonstrações contábeis. O auditor, após realizar os trabalhos de pesquisa e reunir provas e evidências sobre as demonstrações contábeis, deve emitir o relatório de auditoria, transmitindo uma opinião de forma padrão e resumida, concedendo aos leitores uma visão clara dos trabalhos realizados e de suas conclusões.

Lins (2017) classifica os relatórios de auditoria em dois grandes grupos: relatórios com opinião modificada e sem opinião modificada, também denominados de relatórios com e sem ressalva, respectivamente, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Tipos de relatórios do auditor independente

Tipos de relatório		Aplicação
<b>Relatório com opinião modificada</b>		
	Com ressalva	Emitido quando o auditor conclui que há distorções relevantes, porém não generalizadas, ou quando o auditor não obtém evidências suficientes e apropriadas para sustentar sua opinião, porém conclui que as possíveis distorções não identificadas seriam relevantes, mas não generalizadas.
	Opinião adversa	Emitido quando o auditor possui todas as evidências necessárias, concluindo que as distorções são generalizadas e relevantes para as demonstrações contábeis, ou seja, é detectado que as demonstrações contábeis não estão corretamente representadas de acordo com as normas de contabilidade e auditoria.
	Abstenção de opinião	Emitido quando o auditor não obtém evidências suficientes e apropriadas para sustentar sua opinião e conclui que as possíveis distorções não identificadas seriam generalizadas e relevantes; ou quando uma situação envolver muitas incertezas e concluir que não é possível opinar, considerando possíveis ligações e efeito cumulativo das incertezas sobre as demonstrações contábeis, independentemente de haver obtido todas as evidências necessárias.

Relatório sem opinião modificada		
	Sem ressalva	Emitido quando a auditoria não evidenciar, durante a análise de dados, nenhum problema significativo, ou, se encontrado, a empresa auditada realizou os ajustes recomendados pela auditoria. Portanto, o relatório sem ressalva demonstra que o auditor está de acordo com as demonstrações contábeis e que estas foram elaboradas conforme as normas contábeis.

Fonte: Da autora, adaptado de Lins (2017).

Crepaldi e Crepaldi (2016) citam a importância de produzir o relatório de modo profissional, seguindo as normas para sua preparação, pois, para muitos usuários, ele é a única evidência de que o exame profissional foi realizado. Para tanto, o relatório deve apresentar um parecer referente às demonstrações financeiras de forma global; mencionar se há conformidade entre a apresentação das demonstrações financeiras e as normas de contabilidade; se, no período corrente, foram aplicadas consistentemente as normas contábeis em relação ao ano anterior; e se as informações divulgadas nas demonstrações financeiras são adequadas. Caso não seja possível, os motivos da não emissão do parecer devem ser declarados em todas as situações em que o nome do auditor estiver vinculado, como também explicações em relação aos exames realizados e ao grau de responsabilidade assumido.

## 2.4 Órgãos e normas relacionados com a profissão de auditoria independente

Com o desenvolvimento da profissão de auditoria, faz-se também fundamental o desenvolvimento frequente e mais restrito das normas que regulamentam sua aplicação, com o propósito de transmitir segurança aos usuários da informação em todos os aspectos, desde uma informação acessível, clara, confiável, com formato e conteúdo, que agregue valor e supra as necessidades de quem a utiliza (CREPALDI; CREPALDI, 2016).

Para executar suas atividades profissionais adequadamente, o auditor independente deve seguir exigências estabelecidas nas normas, provenientes de vários órgãos nacionais e internacionais (QUADRO 2), os quais são responsáveis por orientar, regulamentar e fiscalizar a profissão (COELHO; RIBEIRO, 2013).

Quadro 2 – Principais órgãos nacionais e internacionais relacionados à profissão de auditoria independente

Órgãos	Descrição
International Accounting Standards Board (IASB)	Estabelecido na Inglaterra, é responsável pela revisão e publicação dos pronunciamentos de contabilidade internacionais, nomeados International Financial Reporting Standards (IFRS), os quais visam uniformizar os procedimentos contábeis aplicados nas empresas.
Financial Standards Board (FASB)	Estabelecida nos Estados Unidos, é responsável por estabelecer e revisar normas de contabilidade norte-americanas.
International Federation of Accountants (IFAC)	Estabelecida nos Estados Unidos, é responsável por criar e divulgar as normas internacionais de auditoria, visando fortalecer a profissão e propondo um desenvolvimento de alta qualidade.
International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)	Estabelece padrões internacionais de alta qualidade para auditoria, através da elaboração das chamadas normas internacionais de auditoria, juntamente com o IFAC.
Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC)	Têm como finalidade principal registrar e fiscalizar o exercício da profissão contábil no Brasil. O CFC também é responsável por editar as Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.
Instituto dos Auditores independentes do Brasil (Ibracon)	Criado com o intuito de agrupar a representatividade dos profissionais auditores, contadores e estudantes de Ciências Contábeis em um único órgão. É de sua competência criar pronunciamentos referentes a normas de auditoria, comunicados e interpretações técnicas.
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Responsável por fiscalizar o mercado de capitais no Brasil e estabelecer as responsabilidades e os deveres dos administradores das entidades auditadas com os auditores independentes. Para poder realizar atividades no mercado de valores mobiliários, o auditor independente está sujeito a prévio registro na CVM.
Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)	Idealizado perante as necessidades de convergir as normas brasileiras de contabilidade com as normas contábeis internacionais e concentrar a emissão de normas dessa natureza.

Fonte: Da autora, adaptado de Coelho e Ribeiro (2013), Pereira (2018) e Almeida (2019).

Cabe ressaltar que o Ibracon e o CFC, por serem partes associadas da Federação Internacional de Contadores (IFAC), por meio de acordo firmado, possuem autorização desse órgão internacional para traduzir, publicar e distribuir suas normas internacionais e demais publicações no Brasil (COELHO; RIBEIRO, 2013).

As normas de auditoria orientam os auditores na execução de seus exames e na elaboração de relatórios, indicando a estrutura dentro da qual o auditor avalia o que é

necessário para elaboração de um exame de demonstrações financeiras, para execução deste exame e para escrita do relatório. Além disso, servem para estimar a qualidade dos objetivos de auditoria e das ações remetidas para alcançar esses objetivos. Essas normas podem ser separadas em normas gerais, normas referentes à realização do trabalho e normas do relatório (CREPALDI; CREPALDI, 2016).

As NBC vigentes a partir da Resolução CFC n. 1.328/11, que devem acompanhar os padrões internacionais, abordam as normas propriamente ditas, os Comunicados Técnicos e as Interpretações Técnicas. As normas são aprovadas pelo CFC através de Resoluções e agrupadas em normas técnicas e normas profissionais: as NBC TA apresentam definições doutrinárias, princípios e processos a serem adotados na realização dos trabalhos de auditoria; já as NBC PA estabelecem exigências para o exercício profissional, como regras e métodos de conduta que o auditor deve adotar. Os Comunicados Técnicos têm a intenção de explicar questões de natureza contábil, com a descrição dos procedimentos que devem ser observados, considerando as demandas da sociedade e os interesses da profissão. E, por fim, as Interpretações Técnicas têm a intenção de esclarecer o emprego das NBC, definindo procedimentos e regras que devem ser aplicadas em situações, atividades ou transações específicas, sem modificar a essência dessas normas (COELHO; RIBEIRO, 2013).

A NBC PA 290 (R2) (CFC, 2017) exige a rotação dos sócios e da equipe sênior responsável pela auditoria das demonstrações contábeis a cada cinco anos como forma de reduzir a familiaridade, visto que é uma ameaça relevante para a auditoria das demonstrações contábeis. Já a CVM, por meio da Instrução n. 308, exige a rotatividade da firma de auditoria, não podendo o auditor independente exercer serviços para um mesmo cliente por mais de cinco anos consecutivos, sendo necessário um intervalo de no mínimo três anos para a recontração (CVM, 1999).

Conforme a mesma Instrução, os auditores e sociedades de auditoria deverão se sujeitar a uma revisão externa a cada quatro anos, realizada por outro auditor ou por outra sociedade de auditoria, respectivamente, com registro na CVM, com estrutura correspondente ao trabalho desenvolvido e sem vínculo com a revisada, com o intuito de avaliar se as normas técnicas e profissionais estão sendo observadas (CVM, 1999). De acordo com a NBC PA 11, a revisão externa de qualidade pelos pares define-se como o processo que visa acompanhar, controlar e assegurar a qualidade dos trabalhos prestados pelos auditores independentes. A

qualidade, neste caso, é definida através do atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais, aos pronunciamentos do Ibracon e às demais normas cabíveis (CFC, 2017).

## **2.5 Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma entidade autárquica, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada através da Lei n. 6.385, de 1976, com o objetivo principal de regulamentar e fiscalizar o mercado de capitais no Brasil (ALMEIDA, 2019). O art. 26 da Lei 6.385/76 estabelece que as demonstrações financeiras de companhias abertas e das sociedades, empresas ou instituições que participam do sistema de intermediação e distribuição de valores mobiliários só poderão ser auditadas por empresas de auditoria ou auditores independentes, registrados na CVM (BRASIL, 1976).

A atividade de auditoria no mercado financeiro é fundamental para uma boa alocação de recursos, pois objetiva reduzir a assimetria de informações, intermediando-as entre investidores e administradores. Devido à credibilidade que o auditor detém, a informação prestada por ele permite que o investidor assuma riscos dentro de uma perspectiva programada e ajustada à sua realidade econômica, o que é essencial para o crescimento do mercado e de um país (COELHO; RIBEIRO, 2013).

Compete à CVM estabelecer os procedimentos e as condições para o registro do auditor independente e fiscalizar os prejuízos que este causar a terceiros devido à culpa ou dolo no exercício de sua função, de acordo com a Lei 6.385/76. A Instrução CVM n. 308 regulamenta o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no contexto do mercado de valores mobiliários e determina os deveres e as responsabilidades dos administradores das empresas auditadas na relação com os auditores independentes. O auditor, todos seus sócios e integrantes do quadro técnico devem seguir as normas específicas emitidas pela CVM, pelo CFC e os pronunciamentos técnicos do Ibracon, no que diz respeito à conduta profissional, ao exercício da atividade e à emissão de pareceres e relatórios de auditoria (CVM, 1999).

A Instrução n. 457 da CVM obriga as companhias abertas desde 2010 a elaborar e divulgar as demonstrações financeiras consolidadas conforme o padrão contábil internacional,

seguindo as normas do IASB. Tal orientação vai ao encontro do processo de convergência internacional e da necessidade de comparabilidade, transparência e qualidade das demonstrações financeiras das empresas que pretendem captar recursos disponíveis no mercado financeiro global, considerando que o investidor externo relaciona, cada vez mais, esse grau de qualidade com os pronunciamentos IFRS emitidos pelo IASB (CVM, 2007).

Segundo a Instrução n. 480 da CVM, as demonstrações financeiras devem ser completas, verdadeiras, consistentes e úteis para avaliação dos valores mobiliários, acompanhadas pelo relatório do auditor independente e divulgadas no máximo três meses após o encerramento do exercício social, ou quatro meses, no caso de emissores estrangeiros. Juntamente com as demonstrações financeiras deve ser entregue o Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e, ao final de cada trimestre, deverá ser entregue o Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os quais devem ser preenchidos com os dados das informações contábeis. O ITR deve ser entregue no máximo 45 dias após o encerramento de cada trimestre e acompanhado pelo relatório de revisão especial emitido pelo auditor independente (CVM, 2009).

Conforme art. 35 da Instrução CVM n. 308, o auditor independente pessoa física e o auditor independente pessoa jurídica e seus responsáveis técnicos poderão ser punidos quando não atuarem de acordo com as normas que regulamentam o mercado de valores mobiliários; quando realizarem auditoria desqualificada ou fraudulenta, falsificando ou omitindo informações; e quando utilizarem informações da entidade auditada a seu favor ou para favorecer terceiros (CVM, 1999). Por meio do art. 11 da Lei 6.385/76, a CVM recebe poderes de julgar e impor as seguintes punições aos infratores do mercado de valores mobiliários, de forma isolada ou cumulativa:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - revogado
- IV - inabilitação temporária, até o máximo de 20 (vinte) anos, para o exercício de cargo de administrador ou de conselheiro fiscal de companhia aberta, de entidade do sistema de distribuição ou de outras entidades que dependam de autorização ou registro na Comissão de Valores Mobiliários;
- V - suspensão da autorização ou registro para o exercício das atividades de que trata esta Lei;
- VI - inabilitação temporária, até o máximo de 20 (vinte) anos, para o exercício das atividades de que trata esta Lei;
- VII - proibição temporária, até o máximo de vinte anos, de praticar determinadas atividades ou operações, para os integrantes do sistema de distribuição ou de outras entidades que dependam de autorização ou registro na Comissão de Valores Mobiliários;

VIII - proibição temporária, até o máximo de dez anos, de atuar, direta ou indiretamente, em uma ou mais modalidades de operação no mercado de valores mobiliários.

A Instrução CVM n. 607 (2019) disciplina o processo administrativo sancionador, dispondo sobre a apuração de infrações administrativas, os procedimentos dos processos, a determinação de penalidades, o acordo administrativo e o termo de compromisso em processos supervisionados pela CVM. De acordo o Relatório de Atividade Sancionadora CVM de 2019, são sete áreas que lidam com processos administrativos que podem originar alguma acusação (processos sancionador), sendo estas: Superintendência de Relações com Empresas; Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários; Superintendência de Relações com Investidores Institucionais; Superintendência de Registro de Valores Mobiliários; Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria; Superintendência de Supervisão de Riscos Estratégicos; e Superintendência de Processos Sancionadores (CVM, 2020b).

Cabe ressaltar a diferença entre Processo Administrativo e Processo Administrativo Sancionador (PAS). Conforme informação divulgada no site da CVM, o primeiro trata-se de uma série de ações preparatórias, sucessivas e coordenadas, para no final emitir uma decisão ou resolver uma controvérsia referente a assuntos de interesse dos investidores, dos Poderes Públicos, da sociedade em geral ou da própria CVM. Já o Processo Administrativo Sancionador é originado de uma investigação que é desenvolvida quando encontrados indícios de irregularidade em alguma área técnica do mercado de capitais, resultando em acusação. O processo que resultar em acusação passa para a etapa de intimação e sequencialmente recebimento de defesas e sorteio do relator para julgamento pelo Colegiado da CVM. Em caso de condenação, são empregadas as penalidades enunciadas no art. 11 da Lei 6.385/76 (CVM, [2020a]).

No presente estudo, apenas são abordados processos sancionadores relacionados à Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC), a qual é responsável por estabelecer normas e padrões de contabilidade e auditoria, credenciar e fiscalizar a atividade dos auditores independentes e elaborar pareceres sobre assuntos contábeis e de auditoria no âmbito do mercado de valores mobiliários (CVM, [2020b]).



Conforme art. 4º, § 1º da Instrução CVM n. 607, ao avaliar as informações obtidas na investigação para instauração ou não do processo sancionador, poderão ser usados os seguintes parâmetros:

- I – o grau de reprovabilidade ou da repercussão da conduta;
- II – a expressividade de valores relacionados à conduta;
- III – a expressividade de prejuízos causados a investidores e demais participantes do mercado;
- IV – o impacto da conduta na credibilidade do mercado de capitais;
- V – os antecedentes das pessoas envolvidas;
- VI – a boa-fé das pessoas envolvidas;
- VII – a regularização da suposta infração pelo administrado; e
- VIII – o ressarcimento dos investidores lesados.

Na dosimetria da pena, com exceção da penalidade de advertência, será primeiramente fixada a pena-base e, sequencialmente, fatores agravantes e atenuantes (QUADRO 3) que podem aumentar ou reduzir a pena em até 25%, conforme cada agravante ou atenuante verificada.

Quadro 3 – Fatores agravantes e atenuantes na dosimetria das penalidades

<b>Fatores Agravantes (Art. 65)</b>	<b>Fatores Atenuantes (Art. 66)</b>
I – a prática sistemática ou reiterada da conduta irregular II – o elevado prejuízo causado III – a expressiva vantagem auferida ou pretendida pelo infrator IV – a existência de dano relevante à imagem do mercado de valores mobiliários ou do segmento em que atua V – o cometimento de infração mediante ardil, fraude ou simulação VI – o comprometimento ou risco de comprometimento da solvência do emissor VII – a violação de deveres fiduciários decorrentes do cargo, posição ou função que ocupa VIII – a ocultação de provas da infração mediante ardil, fraude ou simulação	I – a confissão do ilícito ou a prestação de informações relativas à sua materialidade II – os bons antecedentes do infrator III – a regularização da infração IV – a boa-fé dos acusados V – a adoção efetiva de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, bem como a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, avaliada por entidade pública ou privada de reconhecida especialização

Fonte: Da autora, adaptado da Instrução CVM 607/2019.

Segundo art. 64 da Instrução 607, as penalidades de suspensão, inabilitação e proibição só serão impostas em infrações consideradas graves e em casos de reincidência. A punição de multa, conforme art. 61, não poderá ultrapassar o maior dos valores a seguir, com

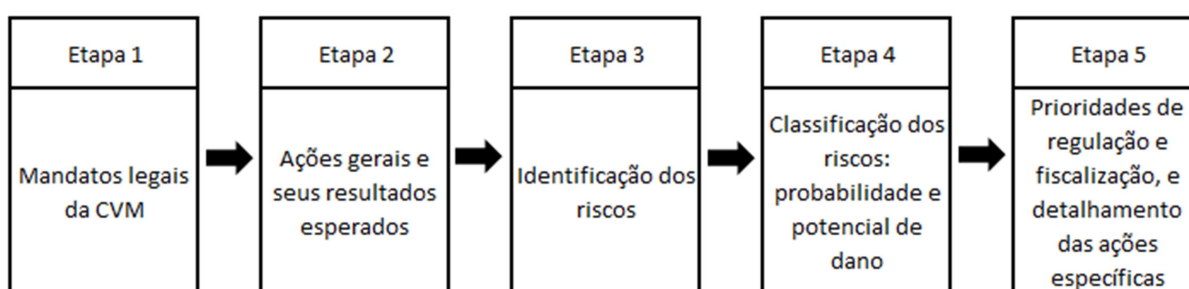
exceção dos casos de reincidência, nos quais a multa poderá chegar ao triplo dos valores estabelecidos nos incisos I e IV.

- I – R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- II – o dobro do valor da emissão ou da operação irregular;
- III – 3 (três) vezes o montante da vantagem econômica obtida ou da perda evitada em decorrência do ilícito; ou
- IV – o dobro do prejuízo causado aos investidores em decorrência do ilícito.

De acordo com art. 92 da Instrução 607, até o início do julgamento, os acusados poderão apresentar proposta para celebrar um Acordo Administrativo junto à CVM através da confissão da infração às normas legais e regulamentares e da cooperação para apuração dos fatos, identificando demais envolvidos e prestando informações e documentos que comprovem a infração. Poderão, assim, extinguir a penalidade ou reduzi-la de um a dois terços. A CVM também dispõe que, antes da realização do julgamento, os acusados poderão apresentar proposta para estabelecer um Termo de Compromisso, conforme art. 82 da mesma instrução, se comprometendo a findar a prática de atos ou atividades consideradas ilícitas e corrigir as irregularidades sinalizadas, inclusive indenizando os prejuízos. Este será analisado pela CVM, podendo suspender o processo administrativo em qualquer fase que antecede a tomada da decisão de primeira instância (CVM, 2019).

Para supervisionar as áreas técnicas da CVM, entre elas a atuação do auditor independente, desde 2009 é realizado um Plano Bial de Supervisão Baseada em Risco (SBR), o qual tem como objetivo identificar, analisar, avaliar e definir ações de tratamento dos riscos de mercado, bem como contribuir de forma significativa para o desenvolvimento, a eficiência e a integridade do mercado de capitais no Brasil (CVM, [2020c]). O Plano Bial deve seguir uma estrutura lógica de etapas, conforme Figura 1.

Figura 1 – Etapas do Sistema de Supervisão Baseada em Risco



Fonte: Da autora, adaptado do Planos Bienais SBR 2009-2020.

Os riscos identificados na Etapa 3 da Figura 1 são classificados em nível de probabilidade de ocorrência e potencial de dano, podendo ser baixo, médio baixo, médio alto e alto, conforme art. 22 da Deliberação CVM n. 757/16. Os riscos prioritários de fiscalização apresentam maior probabilidade de ocorrência e maior potencial de dano. De acordo com o Plano Bienal SBR 2019-2020, caso seja encontrado algum indício de irregularidade, poderão ser solicitados esclarecimentos aos auditores e, se estes não justificarem os indícios, serão emitidos ofícios de alerta ou instaurados Processos Administrativos Sancionadores para a identificação das responsabilidades (CVM, 2019).

## **2.6 Responsabilização por erros e fraudes**

Considerando que “os serviços de auditoria, na verdade, têm como principal benefício oferecido aos seus clientes a atribuição de credibilidade à informação contábil prestada pela entidade auditada, e não meramente a emissão de um parecer, que serve apenas de meio para veicular o serviço prestado” (PEREIRA, 2018, p. 56), é necessário que o auditor seja detentor de credibilidade, sustentada em sua independência e competência técnica. Porém, os serviços de auditoria têm enfrentado uma crise de valores junto à sociedade em decorrência da revelação de diversos casos de fraudes realizadas por administradores com a conivência de auditores, sendo denominados escândalos contábeis devido a sua proporção. Esse fato, em conjunto com a importância de sua função no mercado financeiro, torna necessária a definição e o entendimento do grau de responsabilidade do auditor independente perante as fraudes.

Conforme Longo (2015), a responsabilidade primordial pela detecção e prevenção de fraudes é da administração da empresa auditada e dos respectivos dirigentes da governança, que não somente devem avaliar os riscos de fraudes e implantar controles adequados para sua detecção e prevenção, como também propagar uma cultura de honestidade e comportamento ético em toda a entidade, adotando atitudes rigorosas caso sejam identificadas fraudes.

Attie (2018) cita que o exame de auditoria das demonstrações contábeis de uma entidade tem como objetivo expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas. Sendo assim, não é papel do auditor descobrir fraudes e outras irregularidades, porém, ao realizar o exame e expor sua opinião acerca das demonstrações contábeis, deve ficar atento à chance de existência de fraudes, que podem ser de tal dimensão que venham a afetar a posição

financeira e patrimonial da empresa. Caso seja descoberta alguma irregularidade, é função do auditor analisar sua relevância e as possíveis consequências nas demonstrações contábeis e, ao elaborar seu parecer, deve apresentar à administração da empresa auditada de maneira confidencial e sigilosa.

O autor ainda comenta que devido ao volume e à complexidade das operações, os procedimentos de auditoria são realizados mediante amostragem, testes e provas seletivas, sendo responsabilidade do auditor determinar a quantidade de operações que devem ser examinadas a fim de se reunir provas convictas que representem o todo. Caso a responsabilidade de descobrir erros e fraudes fosse do auditor, um exame normal das demonstrações contábeis não bastaria, uma vez que a extensão e a profundidade de seu trabalho seria tanta que o tornaria impraticável por causa do custo que geraria às empresas. A existência de um controle interno adequado possibilita às empresas uma asseguarção mais eficaz e menos onerosa, pois é através dele que o auditor define os procedimentos e a extensão de seu exame, que deve atribuir uma investigação mais detalhada e profunda em áreas ou contas em que o controle interno é falho.

Entretanto, o trabalho de auditoria baseia-se em metodologias e critérios que entregam segurança razoável sobre a totalidade dos dados mencionados nas demonstrações contábeis em exame. Sendo assim, o auditor não pode desconsiderar a possibilidade de responder por prejuízos gerados a terceiros por não evidenciar fraudes significativas, devido a negligências na aplicação das normas de auditoria. A NBC TA 240 dispõe acerca da responsabilidade do auditor em relação à fraude, destacando que ele tem o dever de analisar se as informações apresentadas nas demonstrações financeiras, inclusive as presentes no relatório da administração, apresentam com clareza a situação financeira e patrimonial e divulgar qualquer inconformidade com as disposições legais e regulamentares. É sua obrigação também, mesmo que de forma indireta, emitir um relatório, sinalizando ineficácias e deficiências observadas nos controles internos durante seu trabalho (ATTIE, 2018).

De acordo com NBC TA 200 (R1), apesar de a auditoria ser organizada e realizada conforme as normas estabelecidas, existe um risco inerente de que algumas deformidades importantes das demonstrações contábeis não sejam detectadas por causa das limitações próprias da auditoria. Tais limitações derivam da natureza dos procedimentos de auditoria, da natureza das informações contábeis e da necessidade de a auditoria ser realizada dentro de um

período de tempo e custo razoáveis. Portanto, a opinião do auditor não garante, por exemplo, a viabilidade futura da empresa, nem a eficácia e/ou eficiência na administração de seus negócios (CFC, 2016).

Longo (2015) destaca a importância de se diferenciar fraude de erro. Segundo o autor, fraude é algo realizado com propósito, intencionalmente, enquanto erro é algo imprevisto que acontece sem nenhuma intenção. Sendo assim, a constatação de fraude torna-se mais difícil do que a constatação de erro, considerando que um caso de fraude pode englobar aspectos sofisticados de tramas e conspirações, fazendo com que sempre haja a possibilidade de não ser encontrada devido às limitações existentes no processo de auditoria. Para amenizar essa possibilidade, o auditor deve analisar os riscos de distorção expressivos provocado por fraudes, obter evidência apropriada e suficiente sobre os riscos através de procedimentos eficazes e tomar as atitudes apropriadas no caso de suspeita ou detecção efetiva de fraude.

O auditor deve preocupar-se com a fraude que gera distorção relevante nas demonstrações contábeis, ou seja, as informações contábeis fraudulentas e a apropriação indébita de ativos, conforme NBC 240 (R1) (CFC, 2016). A NBC TA 315 (R1) aborda os procedimentos para identificação e avaliação de riscos, que incluem indagações à administração, à auditoria interna e às entidades externas, procedimentos analíticos, de observação e inspeção, enquanto a NBC TA 330 (R1) dispõe sobre como o auditor deve planejar e implementar respostas gerais para tratar dos riscos identificados como distorção relevante (CFC, 2016).

Mesmo o auditor sendo capaz de identificar fraudes, é difícil para ele apurar se as distorções nas áreas em exame foram causadas por erro ou fraude. Além disso, a possibilidade de o auditor não verificar uma distorção derivada de um ato fraudulento da administração é muito maior do que uma fraude realizada por empregados, isto porque a administração tem condições de adulterar indiretamente ou diretamente os registros contábeis e trapacear procedimentos de controle propostos justamente para prevenção. Sendo assim, o auditor deve manter conduta de ceticismo para adquirir segurança razoável, sempre considerando a capacidade da administração em burlar controles, e admitir que procedimentos eficazes na identificação de erros nem sempre serão eficazes na identificação de fraudes (COELHO; RIBEIRO, 2013).

Crepaldi e Crepaldi (2016) frisam que, no exercício da profissão, o auditor deve adotar atitude questionadora e crítica, atentando para os casos que possam indicar possível irregularidade devido a erro ou fraude. Ou seja, o auditor deve estruturar e realizar a auditoria com ceticismo profissional, considerando que possam existir eventos que causam distorção significativa nas demonstrações contábeis. Faz-se necessária a manutenção do ceticismo profissional durante a auditoria para evitar que circunstâncias não usuais passem despercebidas, que haja generalização demasiada de conclusões, bem como utilização inadequada de premissas ao definir a natureza, o período e a complexidade dos procedimentos de auditoria.

A responsabilidade do auditor em nenhuma hipótese será modificada, destaca Lins (2017), mesmo quando houver a contribuição de colaboradores da empresa auditada na realização dos trabalhos. Por exemplo, a questão de um papel de trabalho referente a um inventário físico ser completado pela auditoria interna do cliente não dispensa o auditor independente da responsabilidade sobre qualquer erro ou fraude no seu relatório final.

O autor ainda destaca que tanto o auditor como o cliente auditado possuem responsabilidades e obrigações perante aos *stakeholders*. Porém, a responsabilidade referente às demonstrações financeiras é exclusiva do auditado, bem como tudo o que nela constar ou que seja omitido por qualquer circunstância. Essa e outras responsabilidades são relacionadas no documento intitulado Carta de Responsabilidade da Administração, no qual o auditado descreve e assina todas as suas responsabilidades perante as demonstrações financeiras utilizadas pela auditoria para emissão do seu relatório.

## **2.7 Pesquisas anteriores**

A atuação do auditor independente e suas responsabilidades na esfera do mercado de valores mobiliários vem sendo abordada com frequência em estudos acadêmicos. A pesquisa de Carraro, Fusiger e Silva (2015), “Auditoria Independente: principais infrações que acarretam em processo administrativo sancionador pela Comissão de Valores Mobiliários”, buscou evidenciar as principais infrações cometidas por auditores independentes que acarretam em processos administrativos sancionadores julgados pela CVM no período de 2007 a 2013. Dentre os processos analisados, identificou-se 27 infrações, as quais estão

relacionadas principalmente a: “Relatório inadequado”, “Planejamento e Procedimentos de Auditoria: ausência ou execução inadequada” e “Problemas com o Registro de Auditor Independente”.

Na mesma linha de pesquisa, Silva (2020) abordou em sua monografia a responsabilidade do auditor independente por meio do estudo dos principais motivos que geraram processos administrativos sancionadores pela CVM no período de 2017 a 2019. Tendo em vista, que a função do auditor independente é imprescindível, pois os investidores utilizam-se de dados contábeis para analisar a situação da empresa em que pretendem investir.

A amostra do estudo foi composta por 28 Processos Administrativos Sancionadores julgados pela CVM, sendo encontrados 31 infrações, tendo em vista que em um processo pode ocorrer mais de uma infração. Os resultados apresentaram como as infrações mais cometidas: “Não submissão ao Programa de Revisão Externa de Qualidade”, “Inobservância das Normas Contábeis” e “Inobservância das Normas Profissionais de Auditoria”. Já a infração com menos ocorrência foi a “Inobservância da regra de rotatividade de auditores”. Dentre os processos estudados, constatou-se a recorrência de acusações para três auditores independentes, punidos pelas mesmas infrações em anos subsequentes, o que sugere uma baixa eficácia das punições impostas.

O presente trabalho pode ser considerado uma atualização dos estudos já realizados, uma vez que pretende ampliar o período de análise e comparar com os resultados já obtidos.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia é a estrutura para a realização do projeto de pesquisa, a qual detalha os procedimentos aplicados para a obtenção das informações que solucionam o problema do estudo (MALHOTRA, 2019). Para mensurar a qualidade dos resultados de uma pesquisa, segundo Gil (2018), é necessário conhecer como as informações foram obtidas e também os procedimentos utilizados em sua interpretação e análise. Portanto, esta seção aborda os procedimentos metodológicos no que diz respeito a tipo de pesquisa, população e amostra, coleta de dados, tratamento e análise dos dados coletados e limitações do método.

#### **3.1 Tipo de pesquisa**

Para Gil (2018), uma pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático que tem como propósito encontrar respostas para os problemas propostos. A pesquisa é desenvolvida por meio dos conhecimentos disponíveis e da utilização de técnicas e métodos de investigação científica, e faz-se necessária sempre que não houver informação o bastante para responder ao problema. O autor classifica a pesquisa em relação a sua natureza em duas categorias: básica e aplicada. A primeira centraliza estudos com a intenção de preencher uma lacuna no conhecimento, enquanto a segunda aborda estudos com a finalidade de solucionar problemas identificados na sociedade.

Perovano (2016) cita que a definição do tipo de pesquisa estabelece quais estratégias terão de ser criadas ou desenvolvidas para a etapa de análise dos dados, ou seja, a escolha do tipo de pesquisa facilita no momento de definir sua estrutura, apontando, por exemplo, o nível de aprofundamento científico. Dessa forma, devido à sua natureza, esta pesquisa caracteriza-



se como aplicada, pois a realização da análise dos processos julgados pela CVM tem como objetivo conhecer quais as principais infrações cometidas por auditores independentes e apresentá-las de forma explícita, com o fim de colaborar para a sua diminuição.

### **3.1.1 Quanto à abordagem do problema**

Na pesquisa qualitativa, conforme Perovano (2016), o pesquisador baseia-se em observações e vivências do meio em que participa, determinando quais os quesitos mais relevantes a serem abordados, sem a utilização de estatísticas ou qualquer forma de quantificações. Já a pesquisa quantitativa, consiste na coleta de dados e construção de hipóteses baseadas na análise estatística e medição numérica. Gil (2018) expõe que as pesquisas quantitativas apresentam resultados expressos através de termos numéricos, ao passo que nas pesquisas qualitativas os resultados são apresentados através de descrições verbais.

Uma pesquisa pode também ser considerada como mista quando engloba procedimentos qualitativos e quantitativos, abordando aspectos subjetivos e objetivos simultaneamente, de acordo com Perovano (2016). Considera-se, portanto, esta pesquisa como quali-quantitativa, devido à análise dos julgamentos, suas causas, classificações e penalidades e pela análise estatística realizada através de tabelas, gráficos e análise de correlação.

### **3.1.2 Quanto aos procedimentos**

Para Vergara (2016), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material publicado em livros, jornais, revistas, teses, redes eletrônicas, ou seja, material disponível ao público em geral. Esse tipo de pesquisa é desenvolvido com a finalidade de fornecer embasamento teórico ao trabalho e identificação do nível de conhecimento sobre o tema. Gil (2018) ainda destaca que o principal benefício da pesquisa bibliográfica está em fornecer ao pesquisador fenômenos e informações muito mais vastas do que a pesquisa realizada diretamente na fonte de origem.

A pesquisa documental é desenvolvida em documentos mantidos por pessoas ou órgãos públicos e privados de qualquer natureza, dentre eles registros, ofícios, regulamentos, balancetes e comunicações informais (VERGARA, 2016). De acordo com Gil (2018), a investigação documental possui muitos quesitos semelhantes à pesquisa bibliográfica porque ambas utilizam dados já existentes. Entretanto, a principal diferença está na natureza das fontes: enquanto a pesquisa bibliográfica baseia-se em material produzido por autores com o propósito de ser consultado por públicos específicos, a pesquisa documental utiliza-se de todo tipo de documento produzido com diferentes finalidades.

Portanto, a presente pesquisa enquadra-se como documental, ao utilizar processos e informações disponíveis no site da CVM para apurar as principais infrações dos auditores independentes, e bibliográfica, ao buscar livros e artigos para tomar conhecimento de determinados conceitos e desenvolver o referencial teórico.

### **3.1.3 Quanto aos objetivos**

As pesquisas descritivas têm como objetivo expor características de determinada população ou fenômeno, podendo estabelecer possíveis relações entre variáveis e definir sua natureza (GIL, 2018; VERGARA, 2016). Dessa forma, quanto aos objetivos da pesquisa, esta se caracteriza como descritiva, pois visa a observação, análise e descrição das características das infrações cometidas pelos auditores independentes.

## **3.2 População e a amostra da pesquisa**

Compreende-se por população a soma de todos os elementos que possuem um conjunto de características em comum. Já a amostra é uma parte da população selecionada conforme algum critério de representatividade para participar do estudo (MALHOTRA, 2019; VERGARA, 2016). De acordo com Dancey e Reidy *apud* Perovano (2016), dificilmente estuda-se uma população em sua totalidade. Para facilitar os estudos, há a possibilidade de abordar uma parte que represente essa população, conhecida como amostra populacional.

Portanto, entende-se como população deste trabalho os processos julgados junto à CVM envolvendo auditores independentes na posição de acusados, sendo a amostra selecionada os processos administrativos sancionadores julgados pela CVM no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2019 (APÊNDICE A).

### 3.3 Coleta de dados

Conforme Lakatos e Marconi (2019), a etapa de coleta de dados consiste em colocar em prática os instrumentos elaborados e as técnicas selecionadas para a realização da coleta de dados prevista.

A coleta de dados do presente trabalho ocorreu entre julho e agosto de 2020 e utilizou como base as informações apresentadas nos processos administrativos sancionadores julgados entre os anos de 2010 e 2019 disponíveis no site da CVM. Esses processos foram consultados através dos campos “Processos”, “Processos julgados”, “Decisões de julgamento”, utilizando-se como filtro o termo “SNC” e o período “01/01/2010” a “25/08/2020”, tendo em vista que desde o ano de 2017 os processos são postados com atraso.

Para definir a forma de coleta e o filtro utilizado, contou-se a Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria da CVM via e-mail, a qual informou que não há uma separação exclusiva para os processos que envolvam auditores independentes, porém indicou a realização da busca através do seguinte link: <http://www.cvm.gov.br/decisoes/pesquisa/pesquisa.html#gsc.tab=0> e a utilização de termos relacionados com o tema como filtro.

Primeiramente, buscou-se os processos utilizando a expressão “auditor”, e foram encontrados 169 resultados. Em uma análise aleatória constatou-se que muitos desses processos não se enquadravam na proposta da pesquisa. Nos processos que possuíam o auditor independente como acusado, notou-se que traziam no corpo do extrato do processo frases como: “O Superintendente da Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria - SNC, apresenta acusação”; “elaborado pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (‘SNC’ ou ‘Acusação’)” ou outra similar citando a sigla “SNC”. Para validar essa percepção, analisou-se alguns processos do início e do final da amostra e o entendimento se

manteve. Portanto, definiu-se como filtro de busca a expressão “SNC”, e então foram encontrados 86 resultados.

### 3.4 Tratamento e análise dos dados

Após a coleta, deve-se tratar e classificar os dados de forma sistemática, guiando-se pelos seguintes passos: seleção, codificação e tabulação. A seleção consiste em examinar os dados de forma minuciosa e crítica com o intuito de identificar falhas ou erros e evitar informações incompletas e distorcidas que possam prejudicar ou alterar o resultado da pesquisa. Na codificação, os dados são classificados conforme determinadas categorias, aos quais podem ser atribuídos um número, código ou letra, tendo cada um deles um significado. Codificar significa transformar o que é qualitativo em quantitativo, contribuindo assim para uma melhor leitura dos dados. A fase de tabulação consiste na sintetização dos dados através de tabelas e gráficos, facilitando a compreensão e análise. Já na fase de análise, o pesquisador entra em detalhes sobre os dados tabulados, com o intuito de encontrar respostas para o problema em questão (LAKATOS; MARCONI, 2019).

Para a coleta de dados deste trabalho foi elaborado um checklist, com o intuito de contemplar a pesquisa uniformemente, conforme demonstrado no Quadro 4.

Quadro 4 – Checklist de pesquisa

Sequência	Descrição
1	n° do processo
2	data de abertura do processo
3	data de julgamento do processo
4	infração cometida pelo auditor independente
5	instrução/norma infringida
6	acusados do processo
7	penalidade aplicada aos acusados
8	valor/período das penalidades aplicadas
9	considerações na dosimetria da pena

Fonte: Da autora (2020).

Após a coleta de dados foram selecionados apenas os processos que possuem o auditor na posição de acusado, restando 66 dos 86 que constituíram a amostra, pois 19 não se aplicaram à pesquisa e 1 processo estava postado em duplicidade. Posteriormente, foi realizada a apuração das infrações cometidas, as quais foram agrupadas de acordo com o tipo de infração, conforme Quadro 5. Para isso, levou-se em consideração a instrução/norma infringida e a descrição do processo.

Quadro 5 – Classificação das infrações identificadas nos Processos Administrativos Sancionadores julgados pela CVM

Classificação das infrações	
a	Não cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC)
b	Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade
c	Inobservância da regra de rotatividade dos auditores independentes
d	Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente
e	Atuação irregular como auditor independente
f	Não encaminhamento de relatório circunstanciado à administração da companhia auditada
g	Descumprimento de um conjunto de normas

Fonte: Da autora (2020).

Na sequência, as infrações e demais informações coletadas foram quantificadas e tabuladas utilizando as ferramentas Excel e Planilhas Google. Na análise, os dados foram apresentados graficamente, propondo uma explicação detalhada e uma suposta relação entre variáveis. Por fim, para complementar as análises, utilizou-se a análise de correlação.

De acordo com Collis e Hussey (2005) a análise de correlação é uma forma paramétrica que apresenta o nível de associação entre duas variáveis. A correlação pode ser tanto positiva quanto negativa, variando entre +1,0 e -1,0. Quanto mais próxima de +1, maior é a associação, ou seja, as variáveis se movimentam para a mesma direção, 0 representa que não há correlação e quanto mais próximo -1 indica correlação inversa, nesse caso, as variáveis se movimentam de forma oposta. Para a análise dos resultados, foi considerada a seguinte interpretação:

Quadro 6 – Interpretação dos resultados obtidos na análise de correlação

Resultado	Interpretação
Superior a 0,9 positivo ou negativo	Correlação muito forte
De 0,7 a 0,9 positivo ou negativo	Correlação forte
De 0,5 a 0,7 positivo ou negativo	Correlação moderada
De 0,3 a 0,5 positivo ou negativo	Correlação fraca
De 0 a 0,3 positivo ou negativo	Correlação desprezível

Fonte: Da autora, adaptado de Collis e Hussey (2005).

### 3.5 Limitações do método

Vergara (2016) cita que o pesquisador deve informar as limitações que o método escolhido apresenta, justificando o motivo deste ser o mais adequado aos objetivos da pesquisa, tendo em vista que todo método possui possibilidades e limitações.

O presente trabalho é limitado à análise dos processos relacionados aos auditores independentes julgados pela CVM, ou seja, aos auditores independentes que atuam na auditoria de empresas de capital aberto listadas no mercado de valores mobiliários. Portanto, os resultados obtidos não devem ser relacionados com outra área de atuação. Para realização da análise considera-se que todos os processos julgados pela CVM estão disponíveis em seu site para consulta.

A amostra da pesquisa pode interferir nos resultados, pois optou-se em estudar uma amostra de tamanho reduzido, contendo apenas processos julgados. Dessa forma, os resultados não possuem caráter representativo diante dos processos em geral. Ainda assim considerou-se esse método como o mais adequado, pois a pesquisa visa identificar as principais infrações cometidas pelos auditores. Com isso, a análise de processos em andamento não se torna relevante.

Outro fator limitante é a temporalidade, pois dentro do período que foi analisado pode haver casos de infrações semelhantes, mas que tiveram julgamentos diferentes devido às mudanças na legislação que ocorreram no período. Além disso, as legislações citadas que foram atualizadas recentemente não possuem aplicação para a totalidade de infrações apresentadas.

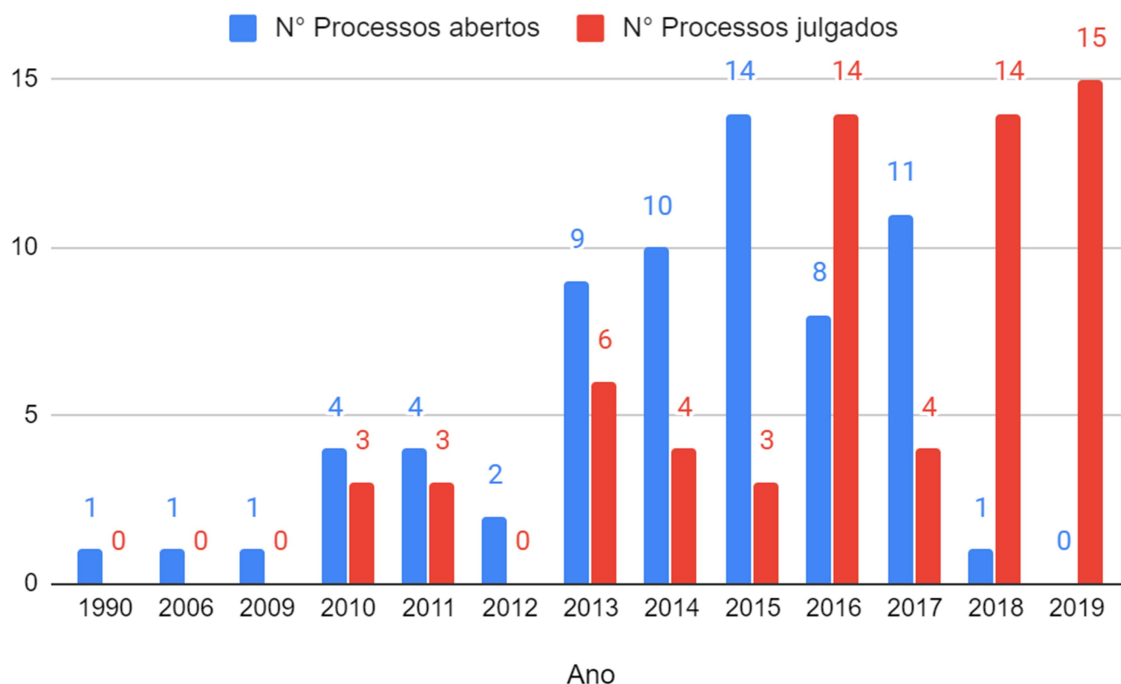
## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Nesta seção são apresentados os resultados encontrados a partir da análise dos processos administrativos sancionadores julgados pela CVM, vinculando-os com as informações já mencionadas no referencial teórico. As análises dos resultados são apresentadas inicialmente divididas ao que se refere às características dos processos, das infrações, dos acusados e das penalidades e após as variáveis são confrontadas. A amostra da pesquisa é formada por 86 processos, sendo que 66 aplicam-se à pesquisa. Esses processos originaram 74 infrações, 114 acusados e 114 penalidades.

### **4.1 Análise dos processos**

No primeiro momento buscou-se analisar o perfil dos processos da amostra, evidenciando suas datas de abertura e de julgamento. A quantidade de processos julgados por ano representa a variação de processos finalizados no período analisado, o que pode estar relacionado com a complexidade dos processos ou com uma alta ou baixa demanda de acusações pela CVM. Para poder analisar o aumento de processos, ou seja, das infrações, é necessário resgatar a data de abertura de cada um. Sendo assim, no Gráfico 1 é feita uma comparação entre a quantidade de processos abertos e julgados por ano.

Gráfico 1 – Processos abertos e julgados (2010 - 2019)



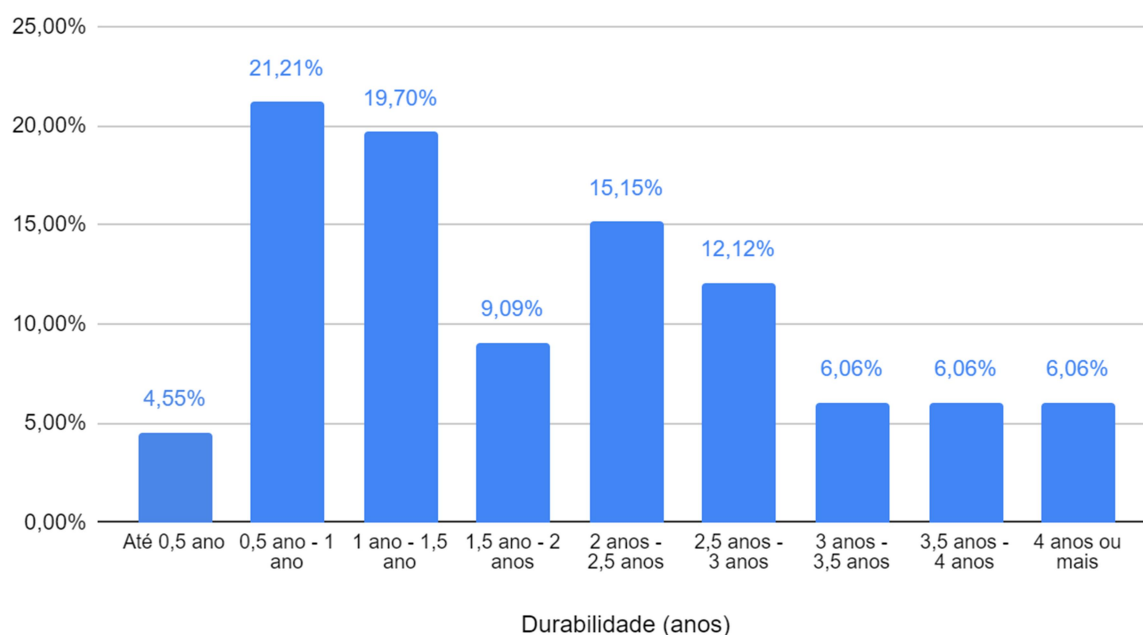
Fonte: Elaborado pela autora (2020), conforme dados da pesquisa.

No Gráfico 1 é possível identificar que a maioria dos processos julgados estão concentrados nos anos de 2016, 2018 e 2019, havendo uma grande diferença quando se compara com os demais anos. Ao analisar os processos por data de abertura é possível concluir que houve um aumento considerável na quantidade de infrações cometidas desde 2013. Em 2018 o número de processos decai novamente, tendo um processo aberto nesse ano e nenhum em 2019. Porém, é válido lembrar que a amostra abrange os processos julgados entre 01/01/2010 e 31/12/2019, portanto, subentende-se que existem processos que foram abertos nos anos de 2018 e 2019 que ainda não foram concluídos e por isso não pertencem à amostra, justificando-se assim a diminuição de processos nesses dois anos.

Para deixar evidente como o tempo entre a abertura e o desfecho dos processos interfere nessa análise, no Gráfico 2 é apresentada a durabilidade dos processos.



Gráfico 2 – Durabilidade dos processos

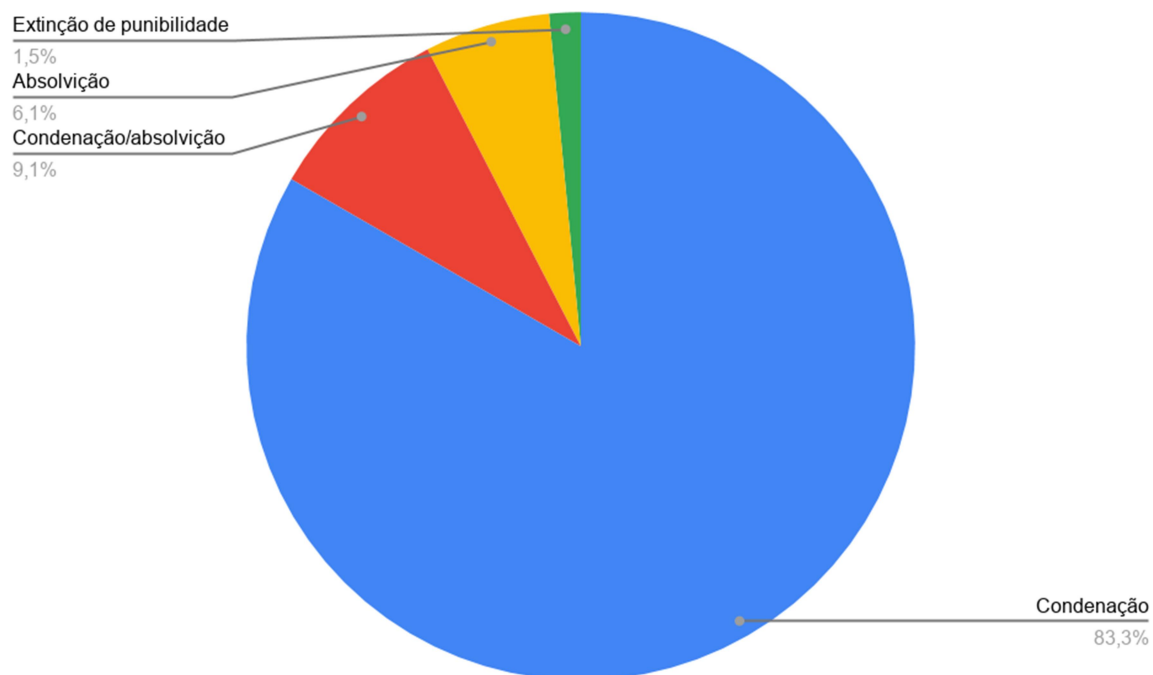


Fonte: Elaborado pela autora (2020), conforme dados da pesquisa.

No Gráfico 2 é possível verificar que a maioria dos processos levam de 6 meses a 1 ano e 6 meses para serem concluídos, representando 40,91% dos processos da amostra, o que justifica o fato de nos anos de 2018 e 2019 a quantidade de processos abertos decair tanto. Os processos que levam de 2 a 3 anos para serem finalizados também são representativos, correspondendo a 27,27%, o que pode explicar o crescimento de processos julgados apenas no ano de 2016, sendo que o aumento de processos abertos já é relevante no ano de 2013. Dos 66 processos analisados, apenas 3 foram finalizados dentro de 6 meses, o que equivale a 4,55%.

Os processos também foram caracterizados quanto ao seu desfecho. Para isso, foram classificados em processos que resultaram em “condenação”, quando foram aplicadas penalidades; “absolvição”, quando a acusação não se concretizou; “extinção de punibilidade”, quando o acusado faleceu antes da conclusão do processo e “condenação/absolvição” quando o processo teve mais do que uma infração, sendo o acusado em partes inocentado e em partes punido.

Gráfico 3 – Desfecho dos processos



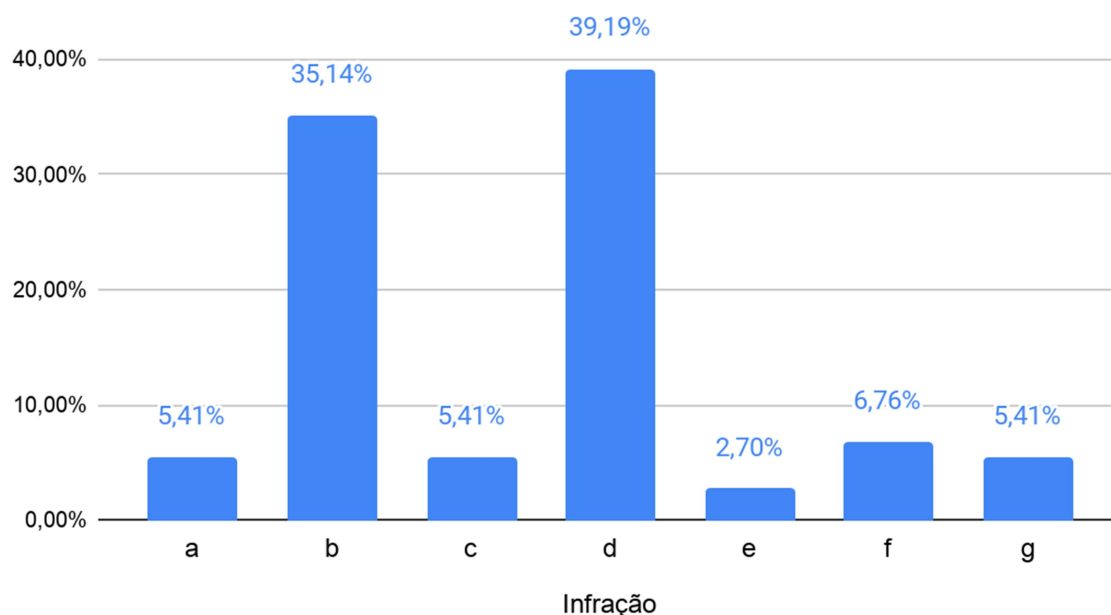
Fonte: Elaborado pela autora (2020), conforme dados da pesquisa.

Conforme o Gráfico 3 conclui-se que a maioria dos processos do período analisado terminou em condenação, representando 83,3%; já os processos absolvidos representam apenas 6,1%. Os processos classificados como “condenação/absolvição” representam 9,1%. Somente um processo teve a punibilidade extinta, correspondendo a 1,5%.

## 4.2 Análise das infrações

Para a análise das infrações cometidas nos processos administrativos sancionadores, foi realizado um levantamento das infrações de forma detalhada através da leitura dos processos, sendo evidenciadas 74 infrações referentes a 66 processos. A quantidade de infrações supera o número de processos pelo fato de alguns destes apresentarem mais do que uma infração. As acusações absolvidas e extintas foram desconsideradas nesta análise, pois, como não se confirmaram, torna-se irrelevante considerá-las ao analisar as infrações mais cometidas. Sequencialmente, as infrações foram agrupadas conforme semelhança para isso, levou-se em conta a descrição do processo e as normas infringidas. O Gráfico 4 apresenta as principais infrações cometidas por auditores independentes.

Gráfico 4 – Principais infrações cometidas por auditores independentes



Infração	Descrição
a	Não cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC)
b	Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade
c	Inobservância da regra de rotatividade dos auditores independentes
d	Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente
e	Atuação irregular como auditor independente
f	Não encaminhamento de relatório circunstanciado à administração da companhia auditada
g	Descumprimento de um conjunto de normas

Fonte: Elaborado pela autora (2020), conforme dados da pesquisa.

A partir do Gráfico 4 é possível verificar que as infrações “d” e “b” sobressaem-se das demais, as quais representam 39,19% e 35,14% respectivamente. Em seguida, destaca-se a infração “f”, porém já com uma reiteração muito menor, correspondendo a 6,76%. As infrações “a”, “c” e “g” aparecem com a mesma frequência, correspondendo a 5,41% da amostra. A classificação “e”, por sua vez, é a mais incomum no período analisado, representando apenas 2,70% das infrações.

No Quadro 7 procurou-se relacionar a infração cometida com a normatização da CVM descumprida. É importante destacar que alguns artigos da Instrução n. 308/99 da CVM possuem uma abordagem bastante ampla e por isso são referenciados em mais de uma

classificação de infração, como o art. 20, que menciona que o auditor no exercício de sua função, assim como seus sócios e membros do quadro técnico, deverão observar as normas emitidas pelo CFC e os pronunciamentos técnicos do IBRACON no que diz respeito à conduta profissional, ao exercício da atividade e à emissão de relatórios de auditoria (CVM, 1999).

Quadro 7 – Infração cometida versus normatização da CVM infringida

a	Art.1º da Deliberação CVM nº 570/09 Art.2º da Deliberação CVM nº 570/09 Art. 34 da Instrução CVM n. 308/99
b	Art. 33 da Instrução CVM n. 308/99 Art. 20 da Instrução CVM n. 308/99
c	Art. 31 da Instrução CVM n. 308/99
d	Art. 19 da Instrução CVM n. 308/99 Art. 20 da Instrução CVM n. 308/99 Art. 25, I, alínea “a” “c” e “d” da Instrução CVM n. 308/99 Art. 4º, incisos I e V, da Instrução CVM n. 38/84
e	Art. 1º da Instrução CVM n. 308/99 Art. 2º da Instrução CVM n. 308/99
f	Art. 25, II, da Instrução CVM n. 308/99
g	Art. 20 da Instrução CVM 308/99 Art. 25, II e I, alínea “a” “c” e “d” da Instrução CVM 308/99 Art. 31 da Instrução CVM n. 308/99 Art. 8º, §4º, da Instrução CVM n. 356/01

Fonte: Elaborado pela autora (2020), conforme dados da pesquisa.

Conforme o Quadro 7 é possível verificar que a infração a - Não cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) se confirma através da infração ao disposto nos art. 1º e 2º da Deliberação CVM n. 570/09, combinado com o art. 34 da Instrução CVM n. 308/99.

O art. 34 da Instrução CVM n. 308/99 exige que o auditor independente adote uma política de educação continuada para si, quando pessoa física, e para todo seu quadro societário e funcional quando pessoa jurídica, conforme determinado pelo CFC, com o objetivo de garantir o entendimento pleno das normas que lhe cabem e a qualidade dos serviços prestados (CVM, 1999). Conforme o art. 1º da Deliberação 570/09, para atender ao PEPC auditor deverá comprovar a obtenção da pontuação mínima exigida, que se dá através da participação em cursos e eventos que abordam os pronunciamentos feitos pelo IASB e pelo

CPC. Deve também apresentar a certidão de atendimento ao PEPC emitida pelo CRC a que estiver subordinado, com a relação dos cursos e eventos realizados, de acordo com art. 2º da Deliberação 570/09 (CVM, 2009).

As infrações classificadas neste primeiro grupo apresentam duas situações: não cumprimento da pontuação mínima exigida pelo CFC ou não encaminhamento da certidão emitida pelo CRC à CVM.

A infração b - Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade, a segunda mais recorrente no período analisado, caracteriza-se pelo não cumprimento dos art. 20 e 33, ambos da Instrução CVM n. 308/99. O art. 33 determina que o auditor independente deve se submeter à revisão do seu controle de qualidade, a cada quatro anos, conforme especificado pelo CFC através da NBC PA 11 (CVM, 1999).

A maioria dos acusados punidos por essa infração foram selecionados para se submeterem ao Programa, porém não indicaram o nome do seu auditor revisor até a data prevista. Em um caso, o nome do auditor revisor foi indicado, entretanto, não houve sua contratação formal. Nesse grupo também foram classificadas as infrações que apontaram divergências nos trabalhos realizados pelo auditor revisor, o que se caracteriza por infração ao art. 20. Dentre elas é possível citar: a falta de independência do auditor revisado em relação ao auditor revisor (item 22 da NBC PA 11), a não emissão de relatório com opinião adversa e a menção da limitação encontrada durante os trabalhos (itens 36 e 39 da NBC PA 03 vigente à época dos fatos), a ausência de papéis de trabalho que evidenciem a realização dos procedimentos de revisão e a procedência das conclusões e opiniões (itens 2 e 3 da NBC T 11 – IT 2 vigente à época dos fatos).

A infração c - Inobservância da regra de rotatividade dos auditores independentes está entre as menos frequentes, porém não menos relevante. Esta classificação refere-se ao não cumprimento do art. 31 da Instrução CVM n. 308/99, o qual menciona que o auditor não pode realizar serviços para um mesmo cliente por mais de cinco exercícios sociais consecutivos, sendo necessário um intervalo mínimo de três exercícios sociais para sua recontração (CVM, 1999). A prática desta infração também afronta o requisito de independência exigido nos trabalhos de auditoria independente, conforme cita a NBC PA 290 (R2): “a utilização do mesmo pessoal sênior em trabalho de auditoria por período de tempo prolongado cria ameaças de familiaridade e de interesse próprio” (CFC, 2017).

Nas infrações classificadas no grupo “c” encontrou-se os seguintes cenários: a empresa auditada manteve contrato com o mesmo auditor independente por período superior a cinco exercícios sociais e/ou a empresa de auditoria foi substituída, porém, contratou-se outra que possuía o mesmo responsável técnico. A partir de 2019 não é mais permitido que o mesmo responsável técnico participe de mais de um Auditor Independente - Pessoa Jurídica registrado na CVM, conforme art. 11 da Instrução CVM n. 308/99. Com essa alteração acredita-se que o número de processos relacionados a esta infração diminua nos próximos anos.

A infração d - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente se dá pelo descumprimento dos art. 19, 20 e 25, inciso I, alíneas “a”, “c” e “d”, da Instrução CVM nº 308/99. O art. 19 determina que o auditor independente e seus empregados devem cumprir as normas específicas emitidas pela CVM. Da mesma forma, o art. 20 determina que o auditor independente deve seguir as normas emanadas pelo CFC e IBRACON (CVM, 1999).

Já o art. 25 cita as atribuições adicionais do auditor independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, entre elas: verificar se as demonstrações contábeis auditadas e o relatório de auditoria emitido foram publicados nos meios de comunicação obrigatórios, se os resultados da entidade estão tendo as destinações corretas e se não há alterações relevantes nas demonstrações contábeis ou operações da entidade, devido ao não cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis às atividades da empresa (CVM, 1999). O art. 4º, incisos I e V, da Instrução CVM n. 38/84 também é citado em um processo por regulamentar a atividade de auditoria independente na época dos fatos, mais especificamente, os deveres da função no âmbito da CVM.

Os processos classificados nesse quarto grupo foram identificados com infrações relacionadas ao planejamento e aos procedimentos nos trabalhos de auditoria e/ou divergências no relatório emitido pelo auditor independente. Observou-se que infrações similares são tratadas ora como uma falha nos procedimentos e planejamento de auditoria ora como uma falha no relatório do auditor independente, e ainda há processos que consideram ambas para a acusação. Porém, o não cumprimento do planejamento de auditoria e dos procedimentos determinados pelos órgãos reguladores aos auditores independentes impacta diretamente no relatório que será emitido, portanto, unificou-se essas infrações no grupo em

questão. Entende-se que esse tratamento diferenciado no julgamento dos processos se dá devido à temporalidade dos fatos, como também pelo julgamento do diretor-relator do processo.

Os processos analisados agrupados nesta classificação referem-se basicamente a três situações: ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam um relatório sem ressalvas (itens 6, 7 e 13 NBC TA 705, item 8, 10, 12, 13, 17 e 18 da NBC TA 700, item 11.3.3.1 da NBC T 11 vigente à época dos fatos); ausência de planejamento e procedimentos de auditoria originando um relatório com ressalvas, quando o certo seria abstenção de opinião (item 9 da NBC TA 705, item 21 da NBC T 11 - IT5 vigente à época dos fatos); e não obtenção de evidências suficientes para fundamentar as conclusões apresentadas (item 6 da NBC TA 500).

Os procedimentos não realizados são dos mais diversificados, dentre os quais é possível citar: a não identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante (Item 7, da NBC TA 200), o não monitoramento dos controles internos da entidade auditada (Itens 3, A111 e A112, da NBC TA 315), a não obtenção de evidências de auditoria em relação aos serviços prestados por terceiro à entidade auditada (Itens 20, A42 e A44, da NBC TA 402), a não observação dos critérios para adoção de amostragem nos trabalhos de auditoria (Itens 5 a 8, todos da NBC TA 530), a não adoção de procedimentos para avaliar a capacidade de continuidade da entidade auditada (item 16 da NBC TA 570), as inconsistências entre as informações levantadas e a conclusão final do auditor (Item 11, da NBC TA 230), a ausência de políticas e procedimentos para tratar e resolver diferenças de opinião (itens 43 e 44 da NBC PA 01), a ausência de ressalva devido notas explicativas omissas ou falhas (item 38 da NBC T 11 – IT5 vigente à época dos fatos), por não assegurar os procedimentos utilizados pela entidade na quantificação das estimativas (parágrafos 11.2.11.3 da NBC T 11 vigente à época dos fatos).

A infração e - Atuação irregular como auditor independente foi a menos comum no período analisado. O art. 1º da Instrução n. 308/99 é claro ao citar que o auditor independente deve possuir registro na CVM para atuar no mercado de valores mobiliários. E ao se tratar Auditor Independente - Pessoa Jurídica, o art. 2º da mesma instrução cita que os responsáveis técnicos autorizados pela sociedade a emitir e assinar relatórios de auditoria também deverão ter cadastro na CVM (CVM, 1999). Da mesma forma, o art. 26 da Lei nº 6.385/76 frisa:

Somente as empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários poderão auditar, para os efeitos desta Lei, as demonstrações financeiras de companhias abertas e das instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários (BRASIL, 1976).

Entretanto, nas infrações agrupadas nesta classificação identificou-se atuação de auditor independente com o registro suspenso e de responsável técnico sem registro na CVM.

A infração f - Não encaminhamento de relatório circunstanciado à administração da companhia auditada se dá pelo não cumprimento do art. 25, inciso II, da Instrução CVM nº 308/99. Tal artigo determina que o auditor independente deve elaborar e encaminhar à administração e ao Conselho Fiscal relatório circunstanciado contendo observações referentes aos controles internos e aos procedimentos contábeis da entidade, especificando deficiências identificadas durante os trabalhos realizados (CVM, 1999). O presente relatório é de extrema importância para a empresa auditada, pois através dele o auditor independente descreve suas sugestões e recomendações, com a finalidade de regularizar os procedimentos da entidade. Nos processos classificados neste item, o auditor deixou de elaborar e enviar à empresa auditada o relatório circunstanciado, originando a infração.

Devido ao fato de algumas infrações da amostra caracterizarem-se pela inobservância de diversas normas, para as quais foram aplicadas apenas uma penalidade, fez-se necessário a classificação g - Descumprimento de um conjunto de normas de auditoria. Nessa classificação foram agrupadas infrações que descumpriram algumas das instruções citadas anteriormente de forma simultânea, sendo que a infração d - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente faz-se presente em todos os processos deste grupo. Além das infrações já mencionadas, houve infração ao art. 8º, §4º, da Instrução CVM n. 356/01, específica dos fundos de investimento, por causa da não realização de exame dos demonstrativos trimestrais publicados.

Na Tabela 1 é apresentada a variação das infrações identificadas no período analisado, considerando a data de abertura do processo a qual se refere com o intuito de verificar se há um aumento ou diminuição da infração com o passar dos anos. Ressalta-se que os resultados encontrados podem ter um viés em função das demandas da CVM em ter aberto ou não os processos, assim como o fato de os processos terem sido finalizados ou não no período analisado.



Tabela 1 – Infrações cometidas versus data de abertura dos processos

Infração/ Ano	a	b	C	d	e	f	g
1990				1			
2006				1			
2009				1			
2010				4		1	
2011				3			
2012	2	1					
2013	2	2	1	3	2	1	
2014		3	1	5		1	3
2015		9	1	5			1
2016		3	1	5		2	
2017		8		1			
2018							
2019							
Total	4	26	4	29	2	5	4

Fonte: Elaborado pela autora (2020), conforme dados da pesquisa.

Através da Tabela 1 nota-se que a infração a - Não cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) apenas teve registros no ano de 2012 e 2013, os quais se referem a infrações ocorridas em 2009, 2010 e 2011. Destaca-se que a Deliberação CVM n. 570/09 aplica-se apenas aos anos 2009, 2010 e 2011, pois, com a adoção do padrão contábil internacional emitido pelo IASB viu-se a necessidade de aprimorar e treinar os auditores independentes durante esse período. Atualmente a educação continuada é regulamentada e exigida pela NBC PG 12 (R3) e Instrução CVM n. 591/17.

Já na infração b - Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade constata-se um crescimento elevado no decorrer dos anos, o que pode estar relacionado com o fato de a Ineficiência/ineficácia do Programa de Revisão Externa do Controle de Qualidade dos Auditores Independentes ser tratada como evento de risco nos Planos Bienais SBR desde 2011. Sendo assim, a fiscalização se torna maior e sucessivamente a evidência de infrações também aumenta. Entretanto, a falta de comprometimento do auditor com a regulamentação aplicável à sua atividade é notável, tanto que muitos autuados por essa infração são reincidentes.

No ano de 2017 a CVM alterou o art. 33 da Instrução CVM n. 308/1999 através da Instrução CVM nº 591/2017, a qual menciona que o descumprimento do Programa de Revisão Externa de Qualidade em pelo menos 2 dos últimos 5 anos resultará em suspensão do registro do auditor independente, até que apresente nova revisão do seu controle de qualidade (CVM, 2017). Na amostra analisada já é visível essa alteração na punição dos acusados. Espera-se que esta cause mudanças positivas no comportamento do auditor independente e reverta a situação, porém ainda não se nota uma diminuição da infração.

Destaca-se também a infração d - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente, a qual está presente no rol de infrações desde 1990 e vem crescendo com o passar dos anos, principalmente nos períodos de 2014, 2015 e 2016. No ano de 2017 há apenas uma acusação, porém, acredita-se que não houve uma redução nos casos porque, como visto na análise do perfil dos processos, muitos levam de 2 a 3 anos para serem concluídos. Entende-se que a repetição dessa infração e inclusive o aumento nos últimos anos está ligada não só ao descomprometimento do auditor com sua atividade, mas também com os usuários da informação, visto que o relatório de auditoria é o principal meio de comunicação aos investidores da situação econômica e financeira da empresa auditada. A não eficácia das penalidades aplicadas pelos órgãos fiscalizadores também pode estar relacionada à persistência da infração no decorrer dos anos.

Quanto às infrações c - Inobservância da regra de rotatividade dos auditores independentes, e - Atuação irregular como auditor independente e g - Descumprimento de um conjunto de normas, nota-se que estão mais concentradas em determinados períodos e que nos últimos anos não houve ocorrência. Já a infração f - Não encaminhamento de relatório circunstanciado à administração da companhia auditada aparece de forma mais dispersa ao longo dos anos, tendo uma concentração maior no ano de 2016.

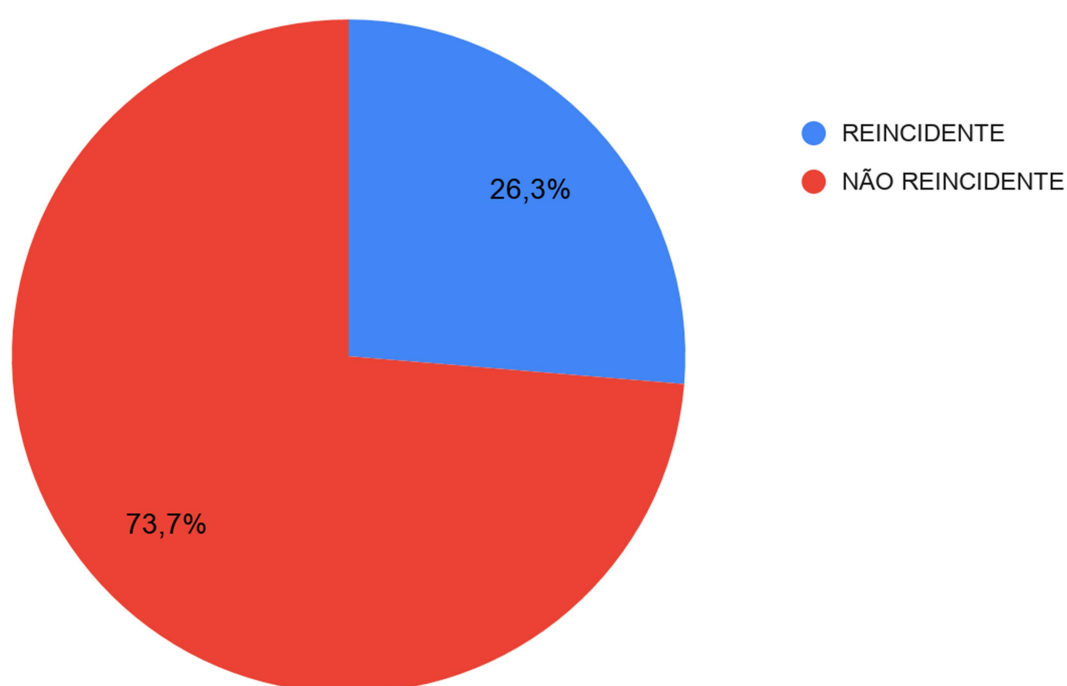
#### **4.3 Análise dos acusados**

Das 74 infrações cometidas identificou-se 114 acusados, sendo que as acusações contra auditores independentes pessoa jurídica responsabilizam a empresa de auditoria e seus responsáveis técnicos. De acordo com art. 2º da Instrução n. 308/99, os responsáveis técnicos

correspondem aos sócios e demais contadores que possuem relação profissional com a sociedade de auditoria. O artigo em questão cita ainda que o Auditor Independente – Pessoa Jurídica é corresponsável dos seus responsáveis técnicos no que se refere à conduta profissional, ao exercício da atividade e à emissão de pareceres e relatórios de auditoria (CVM, 1999).

Na análise dos acusados verificou-se quantos caracterizavam-se como reincidentes (não necessariamente da mesma infração). Conforme o Gráfico 5, o índice de reincidência alcança mais de um quarto dos acusados, mais especificamente 26,3%. Uma porcentagem razoavelmente alta para essa variável, pois demonstra que muitos dos acusados punidos voltam a cometer infrações. Entre as infrações cometidas pelos acusados reincidentes, destaca-se a infração b - Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade e d - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente.

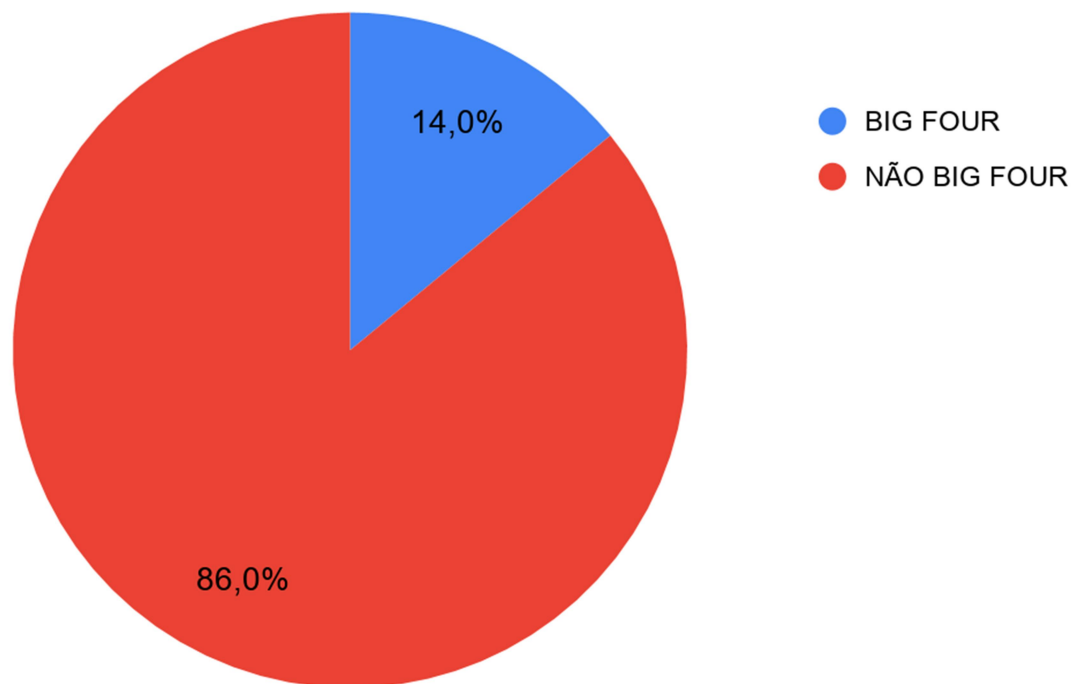
Gráfico 5 – Perfil dos acusados: “Reincidente” ou “Não reincidente”



Fonte: Elaborado pela autora (2020), conforme dados da pesquisa.

Os acusados também foram classificados em “*Big Four*” ou “*Não Big Four*”. Sabe-se que o termo “*Big Four*” faz referência às quatro maiores empresas de auditoria do mundo, as quais são líderes no setor por sua qualificação técnica e credibilidade. De acordo com o Gráfico 6, dos 114 acusados por infringir as normas de auditoria, 14% pertencem ao grupo “*Big Four*”. As infrações cometidas pelos auditores nomeados como *Big Four* foram d - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente e g - Descumprimento de um conjunto de normas.

Gráfico 6 – Perfil dos acusados: “*Big Four*” ou “*Não Big Four*”

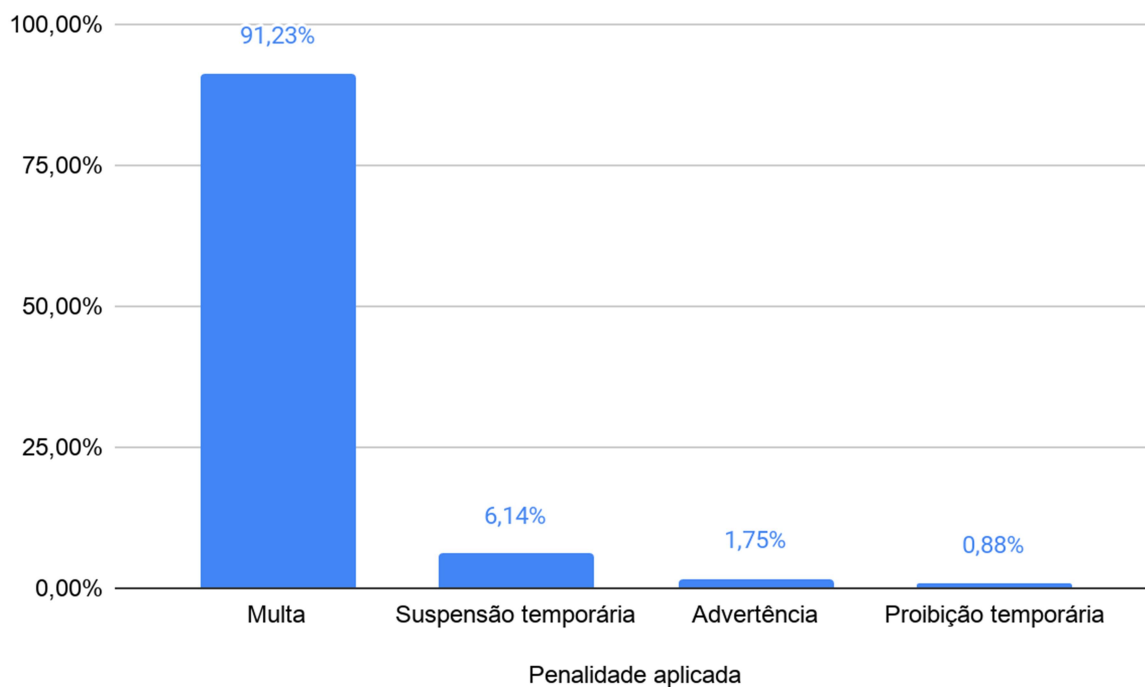


Fonte: Elaborado pela autora (2020), conforme dados da pesquisa.

#### 4.4 Análise das penalidades

Na análise dos processos identificou-se 114 penalidades aplicadas a um total de 114 acusados referentes a 74 infrações. As penalidades aplicadas no período em análise foram advertência, multa, suspensão temporária e proibição temporária, conforme demonstrado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Penalidades aplicadas

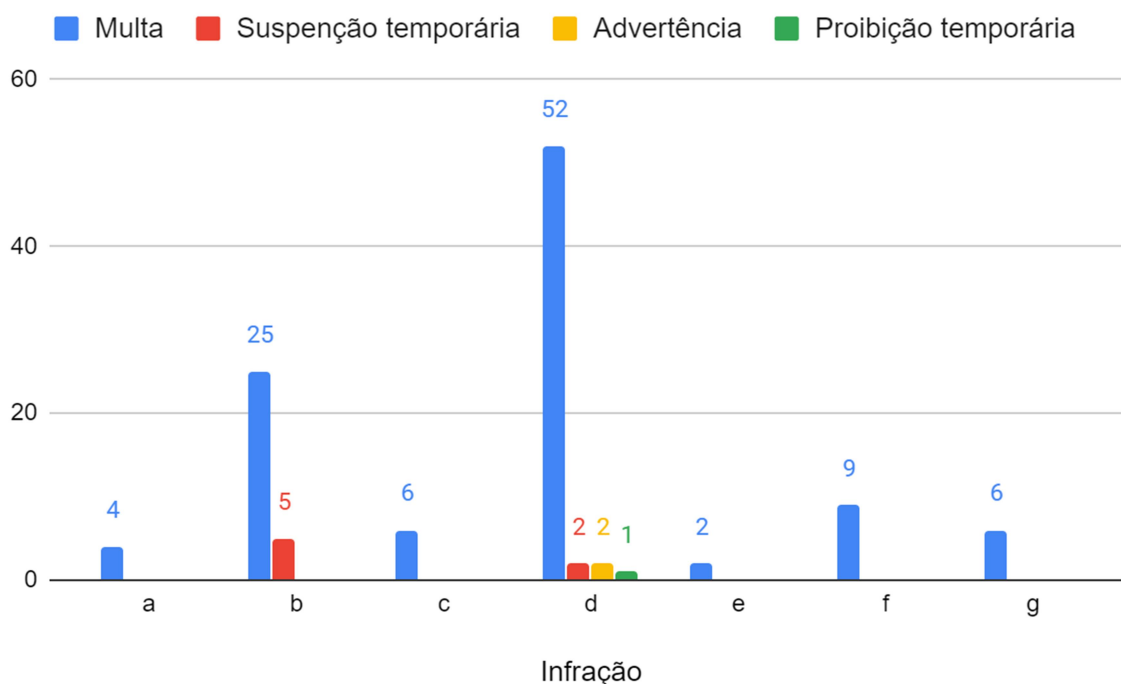


Fonte: Elaborado pela autora (2020), conforme dados da pesquisa.

Ao analisar o Gráfico 7 nota-se que a penalidade mais aplicada é a multa, representando 91,23% do total, seguida da suspensão, que representa 6,14%. A advertência representa 1,75% e a proibição temporária, apenas 0,88%.

As penalidades aplicadas foram relacionadas com a infração cometida com a intenção de verificar se as infrações possuem alguma penalidade específica, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 – Penalidades aplicadas versus infrações cometidas



Fonte: Elaborado pela autora (2020), conforme dados da pesquisa.

Como visto anteriormente, a penalidade mais aplicada às infrações cometidas na amostra analisada é a multa, a qual está presente em todas as infrações. Já a penalidade suspensão temporária é aplicada apenas à infração b - Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade e d - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente. As penalidades advertência e proibição temporária foram constatadas somente para a infração d - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente.

Conforme o Gráfico 8, os casos em que foram aplicadas as penalidades de suspensão estão vinculados principalmente à infração b - Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade, entretanto, a mesma infração possui uma alta quantidade de aplicação de multa. Essa variação se explica principalmente devido à alteração do art. 33 da Instrução CVM n. 308/99 já comentada outrora: a partir de 2017 o não cumprimento do Programa de Revisão Externa de Qualidade em pelo menos 2 dos últimos 5 anos resulta em suspensão do registro do auditor independente (CVM, 2017). Em casos em que o auditor é condenado pela infração em questão, mas já possui o registro suspenso por causa da condenação anterior, é

aplicada a penalidade de multa. O período de suspensão do registro de auditor aplicado é de 2 ou 5 anos.

Na infração d - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente há incidência das quatro penalidades identificadas na amostra analisada (advertência, multa, suspensão temporária e proibição temporária). Essa diversificação entre as penalidades aplicadas se dá pela amplitude das irregularidades cometidas e seus reflexos no mercado de valores mobiliários, além de haver interferência do fator temporalidade. Nessa classificação há processos que são julgados pela ausência de vários procedimentos que são impactantes no relatório do auditor independente, já em outros, os procedimentos não realizados não são tão representativos e por isso possuem uma punição inferior.

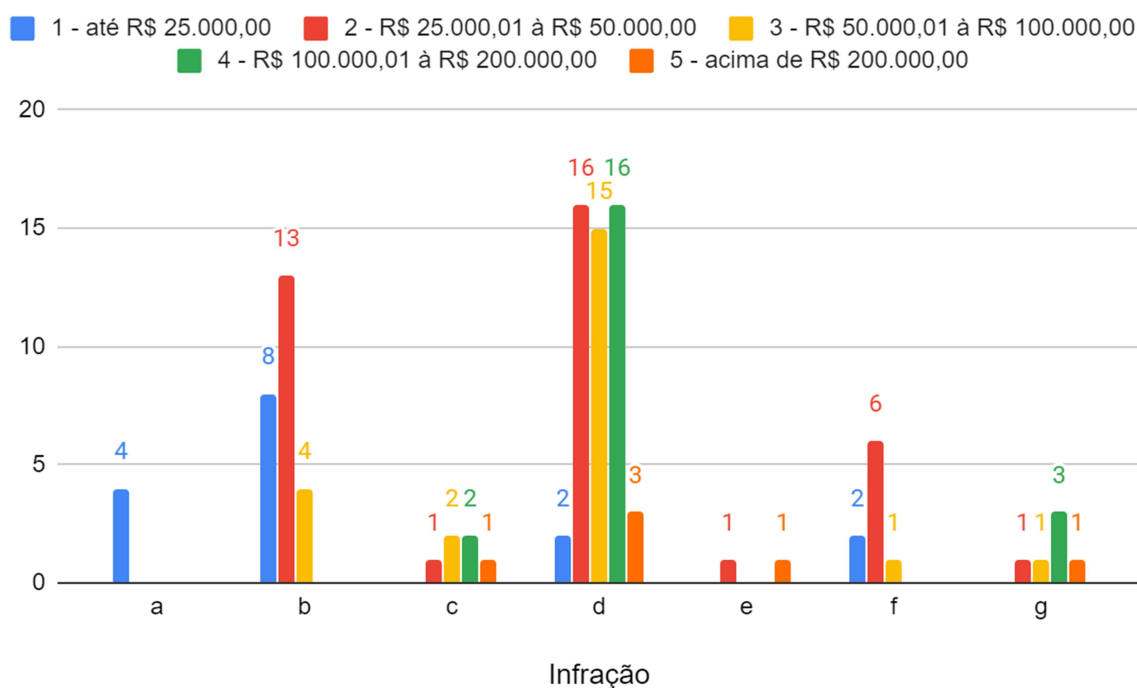
Como exemplo, é possível citar o processo 15/90, no qual é imposta a penalidade de advertência à empresa de auditoria e a seu sócio, pelo fato de a auditoria não ressaltar a não constituição de provisão para devedores duvidosos referente aos exercícios encerrados em 30.6.1987 e 30.6.1988, descumprindo assim o art. 4º, incisos I e V, da Instrução CVM n. 38/84, vigente à época dos fatos. Já no processo 17/06 a empresa de auditoria e seu responsável técnico são punidos através da suspensão temporária do registro de auditor independente e da proibição temporária para o exercício da atividade de responsável técnico, respectivamente, por descumprirem os art. 19 e 20 e a alínea “d” do inciso I do art. 25 da Instrução CVM nº 308/99. Mais especificamente, os acusados deixaram de ressaltar as demonstrações da entidade auditada referentes aos ativos contingentes registrados indevidamente nos exercícios sociais de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, os quais, no exercício social de 2008, representavam 154,40% do patrimônio líquido da companhia.

Além dos critérios já apresentados para aplicação da penalidade à infração em questão, observou-se que a reincidência e/ou primariedade dos acusados, sua má-fé, a confissão das infrações cometidas e a quantidade de clientes que participam do mercado de valores mobiliários também são considerados. Portanto, conclui-se que não há uma penalidade específica para a infração “d”.

O restante das infrações se caracteriza apenas pela aplicação da penalidade de multa. Os valores monetários das multas aplicadas às infrações da amostra analisada variam de R\$ 3.500,00 a R\$ 1.000.000,00. Para uma melhor análise das multas aplicadas, considerando que

é a penalidade mais presente no período analisado e possui uma grande variação de valor, elas foram classificadas de 1 a 5, em que 1 representa o nível de gravidade mais baixo e 5 o nível de gravidade mais alto. No Gráfico 9 os níveis de multa são relacionados com a infração cometida.

Gráfico 9 – Nível da multa aplicada versus infração cometida



Fonte: Elaborado pela autora (2020), conforme dados da pesquisa.

Através do Gráfico 9 nota-se que para as infrações a - Não cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), b - Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade e f - Não encaminhamento de relatório circunstanciado à administração da companhia auditada foram aplicadas multas com valores mais amenos, sendo o valor máximo R\$ 100.000,00, portanto, entende-se que possuem um nível de gravidade menor.

As multas de maior valor estão concentradas na infração d - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente. A infração em contexto também possui punições de suspensão e proibição temporária como visto no Gráfico 8. Tanto a instrução CVM n. 607/19 como a Lei n. 6.385/76 citam que as penalidades de suspensão temporária e proibição temporária só serão aplicadas a casos de infração grave ou nos casos de reincidência. Portanto, entende-se que



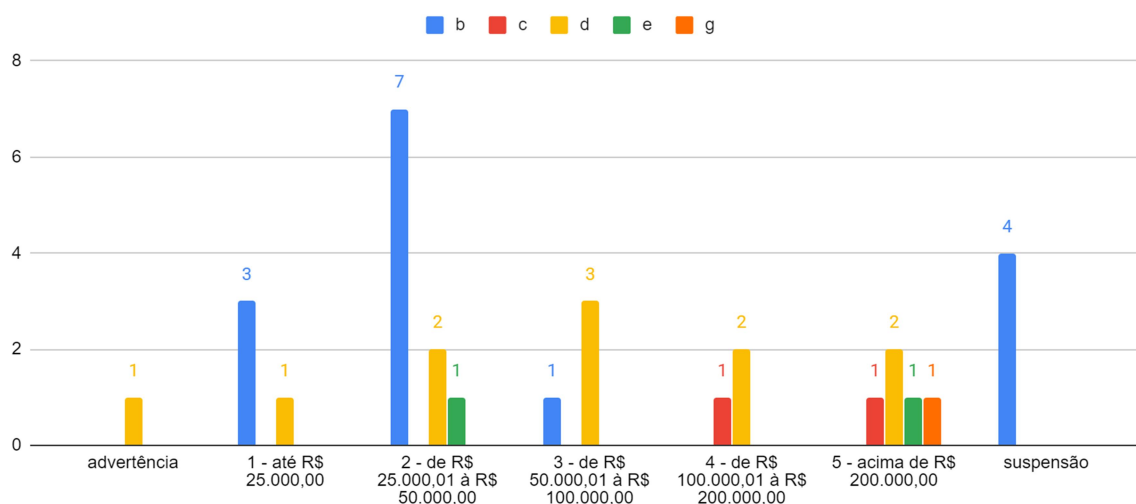
esta classificação possui as infrações mais impactantes e prejudiciais para o mercado de valores mobiliários, além de ser a mais recorrente.

A infração g - Descumprimento de um conjunto de normas possui a mesma relevância, pois se caracteriza pela infração “d” combinada com as demais infrações. Ressalta-se que os acusados com perfil “*Big Four*” caracterizam-se pelo não cumprimento das infrações “d” e “g”, porém se enquadram nos diferentes níveis de multa.

Ao analisar as multas aplicadas às infrações cometidas de uma forma geral, observa-se que o valor oscila bastante, com exceção da infração a - Não cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), para a qual foram aplicadas apenas multas classificadas no Nível 1 – não ultrapassam o valor de R\$ 20.000,00. Isso está relacionado ao fato de o descumprimento do art. 34 da Instrução CVM n. 308/99 não ser considerado infração grave, conforme art. 37 da mesma Instrução.

Para finalizar, comparou-se a infração cometida pelos acusados reincidentes com a penalidade aplicada, desconsiderando as infrações e penalidades que não possuem acusados reincidentes, conforme Gráfico 10.

Gráfico 10 – Penalidades aplicadas versus infrações cometidas por acusados reincidentes



Fonte: Elaborado pela autora (2020), conforme dados da pesquisa.

Ao analisar o Gráfico 10, nota-se que para os acusados reincidentes as penalidades aplicadas para a mesma infração também variam muito. Ao comparar o Gráfico 10 com o Gráfico 9, percebe-se que, em determinados casos, quando acusados não reincidentes e

acusados reincidentes cometem a mesma infração não há diversificação no nível de multa aplicado.

Sendo assim, não é possível identificar uma punição mais rigorosa por parte dos órgãos responsáveis ao comparar a penalidade aplicada com a infração cometida pelos acusados reincidentes no período analisado, pois a gravidade da infração e a questão do acusado ser reincidente não são os únicos quesitos considerados na dosimetria da pena. Contudo, sabe-se que há um tratamento diferenciado em casos de reincidência: conforme art. 11 da Lei n. 6.385/76, o valor da multa poderá ser triplicado, assim como as penalidades de suspensão e proibição temporária só poderão ser aplicadas às infrações graves ou reincidentes.

A partir dos dados e das análises realizadas acerca das penalidades, entende-se que não há uma relação direta entre as penalidades aplicadas e as infrações cometidas. Cada caso é tratado de forma individual, considerando a infração cometida e outras variáveis, as quais são citadas, na maioria dos processos analisados, ao ser estabelecida a punição. Apenas alguns processos do período inicial da amostra não trazem essa informação. Entre as variáveis consideradas estão: os antecedentes do acusado, o nível do prejuízo causado, as falhas reconhecidas, a regularização da infração, a magnitude da distorção causada nas demonstrações financeiras, a capacidade econômica do infrator e o dano causado à imagem do mercado de valores mobiliários. Entre outros fatores citados no art. 10 da Lei n. 13.506/17 e nos arts. 65 e 66 da Instrução n. 607/19 como atenuantes e agravantes, por mais que os fatos os antecedam.

#### **4.5 Análise de correlação entre as principais variáveis**

Para a análise de correlação foram selecionadas as principais variáveis apresentadas até o momento: perfil dos acusados e penalidades aplicadas, conforme demonstrado no Apêndice B. Intenciona-se verificar se há uma relação no aumento ou diminuição destas variáveis com as infrações cometidas.

Na análise de correlação do presente estudo não se identificou nenhuma correlação negativa representativa. No entanto, obteve-se correlação positiva muito forte das penalidades “proibição temporária” e “advertência” com a infração d - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor

independente, devido ao fato de a infração “d” ser a única da amostra analisada que se caracteriza pela aplicação das penalidades em questão.

Ao analisar do ponto de vista das infrações, verificou-se que há correlação forte entre a infração b - Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade e os acusados classificados como “reincidentes” e muito forte entre essa infração e a penalidade “suspensão temporária”, confirmando os resultados já obtidos nas análises anteriores. Já a infração “d” apresentou correlação positiva muito forte com ambos tipos de perfis de acusados e tipos de penalidades, com exceção da penalidade “suspensão” e acusados “reincidentes”, os quais não se mostram tão expressivos. As infrações entre si não se correlacionam, pois são justamente a base da comparação, por exemplo, a infração “a” somente aumenta ao ser relacionada com ela mesma.

Quanto ao perfil dos acusados, nota-se que o fato de serem reincidentes está definitivamente atrelado à infração “b”. O índice “reincidente” também se correlaciona fortemente com os acusados classificados como “não *Big Four*”, ou seja, conforme o número de acusados reincidentes aumenta, o número de acusados “não *Big Four*” também se eleva. Portanto, presume-se que a maioria dos acusados reincidentes não possuem vínculo com as empresas nomeadas como *Big Four*. Conforme visto nas análises anteriores, os acusados classificados como “*Big Four*” são punidos pelas infrações “d” e “g”, porém, a correlação com a infração “g” não é evidente por se tratar da minoria.

Ratifica-se a correlação das penalidades aplicadas com ambos os perfis dos acusados, mas a correlação é fraca e desprezível ao se relacionar a penalidade “suspensão temporária” com os acusados classificados como “não reincidentes” e “*Big Four*”, respectivamente. Isso se explica pelo fato de os acusados classificados como *Big Four* não serem acusados pela infração “b”, a qual se destaca pela aplicação da penalidade de suspensão e possui um alto índice de reincidência. Observou-se também que as penalidades “advertência”, “multa” e “proibição temporária” correlacionam-se entre si porque são aplicadas com mais frequência ou somente na ocorrência da infração “d”, sendo assim, aumentam de forma simultânea.

Tanto na análise de correlação quanto na análise individual das infrações, evidenciou-se que elas não possuem uma penalidade específica, ou ainda um perfil de acusado específico, salvo a infração “b”, que possui penalidade inerente (suspensão temporária) em caso de reincidência desde 2017.

A partir das análises apresentadas neste tópico, verifica-se que os resultados obtidos na análise de correlação são semelhantes e complementares aos encontrados nas análises descritivas.

#### 4.6 Análise de comparação com estudos realizados anteriormente

Ao se comparar o estudo em questão com as pesquisas já realizadas anteriormente por Carraro, Fusiger e Silva (2015) e Silva (2020) tem-se as infrações mais recorrentes cometidas por auditores independentes no âmbito da CVM sob três metodologias e períodos diferentes. O Quadro 8 apresenta os principais resultados obtidos nos estudos mencionados e no presente estudo.

Quadro 8 – Comparativo de resultados obtidos em estudos relacionados

	Carraro, Fusiger e Silva (2015)	Silva (2020)	Este estudo (2020)
Período analisado	2007- 31/08/2013	2017-2019	2010 - 25/08/2020
Quantidade de processos analisados	267	82	86
Quantidade de infrações identificadas	13	28	74
Infrações mais recorrentes	1 - Relatório inadequado	1 - Não submissão ao Programa de Revisão Externa de Qualidade	1 - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente
	2 - Planejamento e Procedimentos de Auditoria: ausência ou execução inadequada	2 - Inobservância das Normas Contábeis	2 - Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade
	3 - Problemas com o Registro de Auditor Independente	3 - Inobservância das Normas Profissionais de Auditoria	3 - Não encaminhamento de relatório circunstanciado à administração da companhia auditada
Principais punições aplicadas	1 – Multa	1 – Multa	1 – Multa
	2 – Advertência	2 - Suspensão temporária	2 - Suspensão temporária
	3 – Suspensão	3 - Multa e Suspensão temporária	3 – Advertência

Fonte: Da Autora, adaptado de Carraro, Silva e Fusiger (2015), Silva (2020) e dados da pesquisa (2020).

Observa-se uma grande diferença entre os três estudos ao se comparar a quantidade de infrações identificadas com a quantidade de processos analisados, isso porque no presente trabalho a coleta de dados foi realizada de forma mais direta para encontrar os processos que realmente se aplicam à pesquisa e, conseqüentemente, tornar viável a análise de um período mais estendido.

Ao se relacionar a quantidade de infrações identificadas na pesquisa de Carraro, Fusiger e Silva (2015) com o estudo em questão, nota-se um crescimento abundante das infrações cometidas por auditores independentes. Tendo em vista que as amostras utilizadas foram de 7 e 10 anos, nas quais foram evidenciadas 13 e 74 infrações respectivamente, pode-se dizer que no presente estudo a quantidade de infrações encontradas foi praticamente seis vezes maior. Esse fato pode estar vinculado à adoção das normas contábeis internacionais, processo iniciado em 2010.

Analisando as principais infrações cometidas referentes aos mesmos estudos, percebe-se que a infração “Problemas com o Registro de Auditor Independente” mencionada no estudo de Carraro, Fusiger e Silva (2015) teve uma diminuição, pois, no presente trabalho, foi a infração menos recorrente, encontrando-se apenas dois casos que foram classificadas como “Atuação irregular como auditor independente”. Já as infrações relacionadas ao Programa de Revisão Externa de Qualidade são citadas apenas no estudo em questão e no de Silva (2020), o que está relacionado com o crescimento das infrações.

Em se tratando do estudo de Silva (2020), na classificação “Inobservância das Normas Contábeis” é mencionada a falta de apresentação adequada de dívidas adquiridas pela empresa auditada. Já na “Inobservância das Normas Profissionais de Auditoria” é citada a rescisão contratual por parte da empresa de auditoria independente sem observação às exigências da norma profissional. No presente trabalho, essas infrações são classificadas como “Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente”. Carraro, Silva e Fusiger (2015) também identificaram entre as infrações mais cometidas a apresentação de relatório inadequado e a ausência ou realização inadequada de procedimentos e planejamento de auditoria. Portanto, quando se confrontam as principais infrações encontradas nos estudos em questão, nota-se a persistência desta infração ao longo dos anos e, ao mesmo tempo, tem-se a confirmação da infração como uma das mais recorrentes.

No que se refere à penalidade mais aplicada, a conclusão é comum, pois nos três estudos a multa é a punição mais presente. Porém, nota-se que com o passar dos anos a penalidade de advertência diminuiu, enquanto a penalidade suspensão se tornou mais frequente, o que mostra uma ação mais severa dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal identificar as infrações mais cometidas por auditores independentes através da análise quali-quantitativa dos processos administrativos sancionadores julgados pela CVM no período de 2010 a 2019. Para este fim, foram analisados 86 processos, dos quais 66 aplicam-se à pesquisa, chegando-se a 74 infrações cometidas.

As infrações cometidas por auditores independentes tiveram um aumento representativo desde 2013, deixando ainda mais dúvidas sobre a credibilidade dos serviços prestados. As infrações mais recorrentes referem-se à classificação b - Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade e d - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente, correspondendo a 35,14% e 39,19%, respectivamente.

Destaca-se que a infração “d”, além de ser a mais frequente no período analisado, também é a mais impactante no mercado financeiro devido as penalidades impostas e pelo fato de acarretar divergências no relatório do auditor independente, que, por sua vez, é o meio de veiculação das conclusões obtidas pelo auditor e que irá influenciar a tomada de decisão de investidores, proprietários, instituições financeiras e demais interessados. Portanto, infere-se que há um baixo comprometimento do auditor independente com os usuários da informação.

Ao se analisar as penalidades atribuídas às infrações dos processos pertencentes a amostra, constatou-se que a penalidade multa é a mais aplicada. Entretanto, não se identificou uma relação direta entre as infrações e as penalidades aplicadas, ou ainda com os acusados reincidentes. Isso se deve ao fato de que na dosimetria da pena são considerados diversos aspectos relativos à infração e ao acusado, além da gravidade da infração e a reincidência do

infrator. Sendo assim, entende-se que não há um padrão de penalidade para as infrações, ou seja, cada caso é tratado de forma individual, considerando suas particularidades. Há exceção na ocorrência da infração “b”, ao descumprir o Programa de Revisão Externa de Qualidade de forma reincidente num período de 5 anos, caso em que é aplicada a penalidade de suspensão temporária, conforme alteração feita pela CVM no art. 33 da Instrução CVM 308/99 a partir de 2017.

Em se tratando do perfil dos acusados, verificou-se que 26,32% são reincidentes, os quais possuem correlação positiva muito forte com os acusados caracterizados como “não *Big Four*”. Entre as infrações cometidas pelos acusados reincidentes, destaca-se a infração b - Irregularidades no Programa de Revisão Externa de Qualidade e d - Ausência de planejamento e procedimentos de auditoria que acarretam em divergências no relatório do auditor independente. Através da expressividade deste índice entende-se que muitas das penalidades aplicadas pelos órgãos regulamentadores e fiscalizadores não são eficazes.

Ao mesmo tempo, nota-se que a CVM vem estreitando as possibilidades de ocorrência de infrações através da alteração e da implantação de instruções referentes à atuação do auditor independente. É o caso da alteração do art. 33 da Instrução CVM n. 308/99, o qual declara que o descumprimento do Programa de Revisão Externa de Qualidade em pelo menos 2 dos últimos 5 anos resultará em suspensão do registro do auditor independente, e da alteração realizada no art. 11 da mesma instrução, determinando que um mesmo responsável técnico não pode participar de mais de um Auditor Independente - Pessoa Jurídica registrado na CVM. Além dessas alterações, a Instrução n. 607/19 dispõe sobre a atuação sancionadora no âmbito da CVM de forma mais peculiar, mencionando inclusive valores máximos de multa conforme a infração cometida. A CVM ainda realiza um Plano Bienal de Supervisão Baseado em Risco desde 2009 com intuito de fiscalizar e garantir o bom desenvolvimento do mercado mobiliário.

Por fim, destaca-se a importância de o auditor independente seguir as normas emanadas pelos órgãos responsáveis, visto que a CVM está cada vez mais rigorosa em suas ações de fiscalização e na aplicação das penalidades. Como também, para cumprir com sua responsabilidade de fornecer um relatório de auditoria fidedigno e coerente com a situação financeira-econômica da empresa auditada, e sucessivamente corresponder com a postura esperada por um *gatekeeper* do mercado de valores mobiliários. Pois, como visto, o papel

principal do auditor independente não é prevenir e descobrir erros ou fraudes, mas, é seu dever analisar se as demonstrações financeiras representam a real situação da empresa e divulgar qualquer inconsistência com as disposições legais.

Para futuros estudos, recomenda-se a análise dos termos de compromisso e dos acordos administrativos aceitos pela CVM, envolvendo auditores independentes. Com o intuito de analisar a representatividade dos processos que são finalizados através destes, e comparar se as principais infrações cometidas por auditores independentes seguem os resultados encontrados neste estudo.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo C. **Auditoria: abordagem moderna e completa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013801/cfi/6/10!/4/18@0:16.2>. Acesso em: 10 mar. 2020.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017229/cfi/6/10!/4/16@0:97.0>. Acesso em: 05 mar. 2020.

BOUVIÉ, Marina. **Seção principais assuntos de auditoria: análise dos relatórios de auditoria das instituições financeiras listadas na BM&FBovespa**. 2019. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado/RS, 2019. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/handle/10737/2565>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. **Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6385.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm). Acesso em: 21 maio 2020.

BRASIL. **Lei 13.506, de 13 de novembro de 2017**. Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13506.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13506.htm). Acesso em: 28 set. 2020.

CARRARO, Wendy B. W. H.; FUSIGER, Paula; SILVA, Leticia M. da. Auditoria independente: Principais infrações que acarretam em processo administrativo sancionador pela Comissão de Valores Mobiliários. **Revista ConTexto**, Porto Alegre, v. 15, n. 30, p. 76-93, 2015. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3397467](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3397467). Acesso em: 08 mar. 2020.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Ed. da Univates, 2015.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução n. 2016/NBCTA200 (R1), de 05 de setembro de 2016**. Altera a NBC TA 200 que dispõe sobre os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria. Disponível em:  
[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1)). Acesso em: 28 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução n. 2016/NBCTA315(R1), de 05 de setembro de 2016**. Altera a NBC TA 315 que dispõe sobre a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente. Disponível em:  
[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA315\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA315(R1)). Acesso em: 28 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução n. 2016/NBCTA330(R1), de 05 de setembro de 2016**. Altera a NBC TA 330 que dispõe sobre a resposta do auditor aos riscos avaliados. Disponível em:  
[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA330\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA330(R1)). Acesso em: 28 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução n. 2017/NBCPA290(R2), de 26 de maio de 2017**. Altera a NBC PA 290 (R1), que dispõe sobre independência em trabalhos de auditoria e revisão. Disponível em:  
[https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=2017/NBCPA290\(R2\)](https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2017/NBCPA290(R2)). Acesso em: 28 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução n. 2017/NBCPA11, de 13 de dezembro de 2017**. Dá nova redação à NBC PA 11 - Revisão Externa de Qualidade pelos Pares. Disponível em:  
[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2017/NBCPA11&arquivo=NBCPA11.doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCPA11&arquivo=NBCPA11.doc). Acesso em: 28 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução n. 2017/NBCPG12(R3), de 7 de dezembro de 2017**. Altera a NBC PG 12 (R2) que dispõe sobre educação profissional continuada. Disponível em:  
[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2017/NBCPG12\(R3\)&arquivo=NBCPG12\(R3\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCPG12(R3)&arquivo=NBCPG12(R3).doc). Acesso em: 28 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução n. 2019/NBCPG100(R1), de 27 de novembro de 2019**. Dá nova redação à NBC PG 100, que dispõe sobre o cumprimento do código, dos princípios fundamentais e da estrutura conceitual. Disponível em:  
[https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG100\(R1\)&arquivo=NBCPG100\(R1\).doc](https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG100(R1)&arquivo=NBCPG100(R1).doc). Acesso em: 28 abr. 2020.

COELHO, Juliana M. R.; RIBEIRO, Osni M. **Auditoria fácil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502213487/cfi/2!/4/4@0.00:4.47>. Acesso em: 06 mar. 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Andamento de Processos**. [2020a]. Disponível em: [http://www.cvm.gov.br/menu/processos/consulta\\_andamento.html](http://www.cvm.gov.br/menu/processos/consulta_andamento.html). Acesso em: 24 maio 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **CVM aceita Termo de Compromisso com KPMG Auditores Independentes**. 04 mar. 2020a. Disponível em: [http://www.cvm.gov.br/noticias/arquivos/2020/20200304-1.html#Processo\\_Administrativo\\_CVM\\_SEI\\_19957.002261\\_2018-21](http://www.cvm.gov.br/noticias/arquivos/2020/20200304-1.html#Processo_Administrativo_CVM_SEI_19957.002261_2018-21). Acesso em: 10 mar. 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria**. [2020b]. Disponível em: [http://www.cvm.gov.br/menu/acao\\_informacao/institucional/sobre/snc.html](http://www.cvm.gov.br/menu/acao_informacao/institucional/sobre/snc.html). Acesso em: 24 maio 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Supervisão Baseada em Risco**. [2020c]. Disponível em: [http://www.cvm.gov.br/menu/acao\\_informacao/planos/sbr/sbr.html](http://www.cvm.gov.br/menu/acao_informacao/planos/sbr/sbr.html). Acesso em: 31 maio 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Deliberação n. 570, de 30 de março de 2009**. Dispõe sobre o Programa de Educação Continuada e sobre a necessidade de aprimoramento e treinamento dos auditores independentes em função da adoção do padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0500/deli570.html>. Acesso em: 28 set. 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Instrução n. 308, de 14 de maio de 1999**. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, e revoga as Instruções CVM nos 216, de 29 de junho de 1994, e 275, de 12 de março de 1998. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst308.html>. Acesso em: 19 maio 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Instrução n. 457, de 13 de julho de 2007**. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst457.html>. Acesso em: 21 maio 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Instrução n. 480, de 07 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação

em mercados regulamentados de valores mobiliários. Disponível em:  
<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst480.html>. Acesso em: 21 maio 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Instrução n. 591, de 26 de outubro de 2017**. Altera a Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999. Disponível em:  
<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst591.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Instrução n. 607, de 17 de junho de 2019**. Dispõe sobre o rito dos procedimentos relativos à atuação sancionadora no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em:  
<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst607.html>. Acesso em: 21 maio 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Relatório de Atividade Sancionadora CVM: 4º trimestre (outubro a dezembro) e Anual 2019**. CVM, 2020b. Disponível em: [http://www.cvm.gov.br/publicacao/relatorio\\_atividade\\_sancionadora.html](http://www.cvm.gov.br/publicacao/relatorio_atividade_sancionadora.html). Acesso em: 24 maio 2020.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006681/cfi/6/10!/4/20@0:10.9>. Acesso em: 04 mar. 2020.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/cfi/6/10!/4/16@0:27.0>. Acesso em: 05 maio 2020.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010770/cfi/6/10!/4/10@0:83.0>. Acesso em: 05 maio 2020.

LINS, Luiz dos S. **Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. E-book. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011807/cfi/6/2!/4/2/2@0:16.7>. Acesso em: 10 mar. 2020.

LONGO, Claudio G. **Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522493210/cfi/4!/4/4@0:00:14.2>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma Orientação aplicada**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. E-book. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605103/cfi/3!/4/4@0:00:11.0>. Acesso em: 06 maio 2020.

PEREIRA, Alexandre D. **Auditoria das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547233174/cfi/3!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 09 mar. 2020.

PEREZ JR., José H. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522469918/cfi/4!/4/4@0.00:18.3>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PEROVANO, Dalton G. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: InterSaberes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37394/epub/0?code=IHa0JA1ZNDYhjr9YEyotPuO24liOiqlIYxHogjWwd9XZfMCsINlCyC3Wl14se7o2tRrA6ksl8BhcRkPu/oyJrg=>. Acesso em: 05 maio 2020.

SILVA, Daiane E. **Responsabilidade do auditor independente: um estudo acerca dos principais motivos que ocasionaram em processos administrativos sancionadores pela CVM no período de 2017 a 2019**. 2020. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17403/1/DES04052020.pdf>. Acesso em: 08 maio 2020.

STUART, Iris C. **Serviços de auditoria e asseguração na prática**. Porto Alegre: AMGH, 2014. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553079/cfi/2!/4/4@0.00:54.8>. Acesso em: 12 março 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007480/cfi/6/10!/4/12/2@0:71.8>. Acesso em: 05 maio 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Processos analisados

Nº do processo	Data abertura	Data julgamento	Infração	Penalidade
15/90	16/08/1990	24/08/2010	d / absolvido	advertência
RJ2009/12495	03/12/2009	01/12/2010	d	multa
RJ2010/8588	18/05/2010	14/12/2010	d	multa
RJ2010/16893	29/11/2010	07/06/2011	absolvido	-
RJ2010/9582	10/06/2010	19/07/2011	d	multa
RJ2011/280	06/01/2011	13/12/2011	d	multa
RJ2012/10465	03/09/2012	12/03/2013	a	multa
RJ2011/14365	21/12/2011	02/04/2013	d	multa
RJ2012/7471	05/07/2012	28/05/2013	b	multa
RJ2013/4367	09/04/2013	20/08/2013	a	multa
2017/06	20/12/2006	22/10/2013	d	suspensão temporária / proibição temporária
RJ2013/7589	03/11/2011	26/11/2013	absolvido	-
RJ2013/9766	05/09/2013	25/03/2014	a	multa
RJ2013/11697	05/11/2013	08/04/2014	e	multa
RJ2013/13151	12/12/2013	27/05/2014	b	multa
RJ2013/13481	20/12/2013	22/07/2014	b	multa
RJ2014/4395	28/04/2014	11/08/2015	d	multa
RJ2013/9762	05/09/2013	29/09/2015	d	multa
RJ2010/3695	31/03/2010	15/12/2015	d / f / absolvido	multa
RJ2013/5682	16/05/2013	01/03/2016	d	multa

RJ2014/13534	28/11/2014	12/07/2016	c	multa
RJ2014/14839	26/12/2014	23/08/2016	b / d / f	multa
RJ2015/10858	16/10/2015	27/09/2016	b	multa
RJ2014/12058	17/10/2014	25/10/2016	d	multa
RJ2015/11472	28/10/2015	25/10/2016	b	multa
RJ2015/11936	10/11/2015	25/10/2016	b	multa
RJ2015/12090	13/11/2015	25/10/2016	b	multa
RJ2014/7199	11/07/2014	08/11/2016	d	multa
RJ2013/13480	20/12/2013	24/11/2016	c / e	multa
RJ2013/13355	17/12/2013	24/11/2016	d / f / absolvido	multa
RJ2014/11830	15/10/2014	29/11/2016	g	multa
RJ2015/11473	28/10/2015	15/12/2016	b	suspensão temporária
RJ2015/10367	02/10/2015	15/12/2016	b	multa
RJ2014/9399	29/08/2014	07/02/2017	b	multa
RJ2015/10699	13/10/2015	07/03/2017	b	multa
RJ2015/11471	28/10/2015	18/04/2017	b	multa
RJ2015/10642	09/10/2015	19/12/2017	g / d / absolvido	multa
RJ2016/8901	01/08/2017	20/02/2018	punibilidade extinta	-
RJ2015/13670	23/12/2015	06/03/2018	d	multa
RJ2014/13581	01/12/2014	03/04/2018	g	multa
RJ2014/14763	23/12/2014	03/04/2018	d	multa / suspensão temporária
RJ2014/7704	25/07/2014	03/04/2018	b	multa / suspensão temporária
RJ2016/8902	12/12/2016	17/04/2018	b	multa
RJ2016/8905	12/12/2016	17/04/2018	b	suspensão temporária
RJ2015/11941	10/11/2015	19/06/2018	b	multa
RJ2017/5914	18/12/2017	30/08/2018	b	suspensão temporária
RJ2015/13006	08/12/2015	30/08/2018	c / d	multa
RJ2017/5701	13/12/2017	30/10/2018	b	multa
RJ2016/4453	20/04/2016	30/10/2018	d / f	multa
RJ2016/8900	12/12/2016	26/12/2018	c	multa
RJ2016/8903	12/12/2016	26/12/2018	b	multa
RJ2017/2272	23/05/2017	26/02/2019	b	multa

RJ2017/5913	18/12/2017	26/03/2019	b	multa
RJ2017/5916	18/12/2017	26/03/2019	b	suspensão temporária
RJ2015/13093	10/12/2015	25/06/2019	d / absolvido	multa
03/2011	08/08/2011	02/07/2019	d	multa
RJ2016/5789	30/06/2016	09/07/2019	d	multa
RJ2016/2245	02/03/2016	30/07/2019	d / f / absolvido	multa
RJ2017/5917	18/12/2017	06/08/2019	b	multa
RJ2017/5918	18/12/2017	06/08/2019	b	multa
RJ2015/13127	11/12/2015	20/08/2019	d	multa
RJ2016/2476	09/03/2016	17/09/2019	d	multa
RJ2017/0136	13/01/2017	12/11/2019	d	multa
RJ2018/8643	18/12/2018	12/11/2019	absolvido	-
RJ2017/1238	20/03/2017	26/11/2019	absolvido	-
RJ2017/5981	19/12/2017	03/12/2019	b	multa



## APÊNDICE B – Análise de correlação

	Infração cometida							Perfil acusados				Penalidade aplicada			
	a	b	c	d	e	f	g	<i>Big Four</i>	não <i>Big Four</i>	reincidente	não reincidente	advertência	multa	suspensão	proibição
a	1														
b	-0,17	1													
c	-0,17	-0,17	1												
d	-0,17	-0,17	-0,17	1											
e	-0,17	-0,17	-0,17	-0,17	1										
f	-0,17	-0,17	-0,17	-0,17	-0,17	1									
g	-0,17	-0,17	-0,17	-0,17	-0,17	-0,17	1								
<i>Big Four</i>	-0,19	-0,19	-0,19	0,99	-0,19	-0,19	-0,02	1							
não <i>Big Four</i>	-0,28	0,44	-0,22	0,8	-0,33	-0,14	-0,28	0,77	1						
reincidente	-0,33	0,75	-0,18	0,52	-0,18	-0,33	-0,25	0,49	0,9	1					
não reincidente	-0,22	0,11	-0,22	0,95	-0,33	-0,08	-0,2	0,93	0,94	0,7	1				
advertência	-0,17	-0,17	-0,17	1	-0,17	-0,17	-0,17	0,99	0,8	0,52	0,95	1			
multa	-0,27	0,25	-0,22	0,91	-0,31	-0,14	-0,22	0,89	0,98	0,8	0,99	0,91	1		
suspensão	-0,23	0,92	-0,23	0,23	-0,23	-0,23	-0,23	0,2	0,75	0,94	0,48	0,23	0,6	1	
proibição	-0,17	-0,17	-0,17	1	-0,17	-0,17	-0,17	0,99	0,8	0,52	0,95	1	0,91	0,23	1